

The image features a close-up of the Portuguese flag on the left side, showing its characteristic green and red vertical stripes and the central coat of arms. The background consists of a clear blue sky, a body of water with gentle ripples, and a distant coastal town with buildings and a hillside.

GOVERNAÇÃO

ANEXO B – APÊNDICE 1 – ADENDA B
GOVERNAÇÃO - ADMINISTRAÇÃO

Atualização janeiro 2015

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1101

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s)

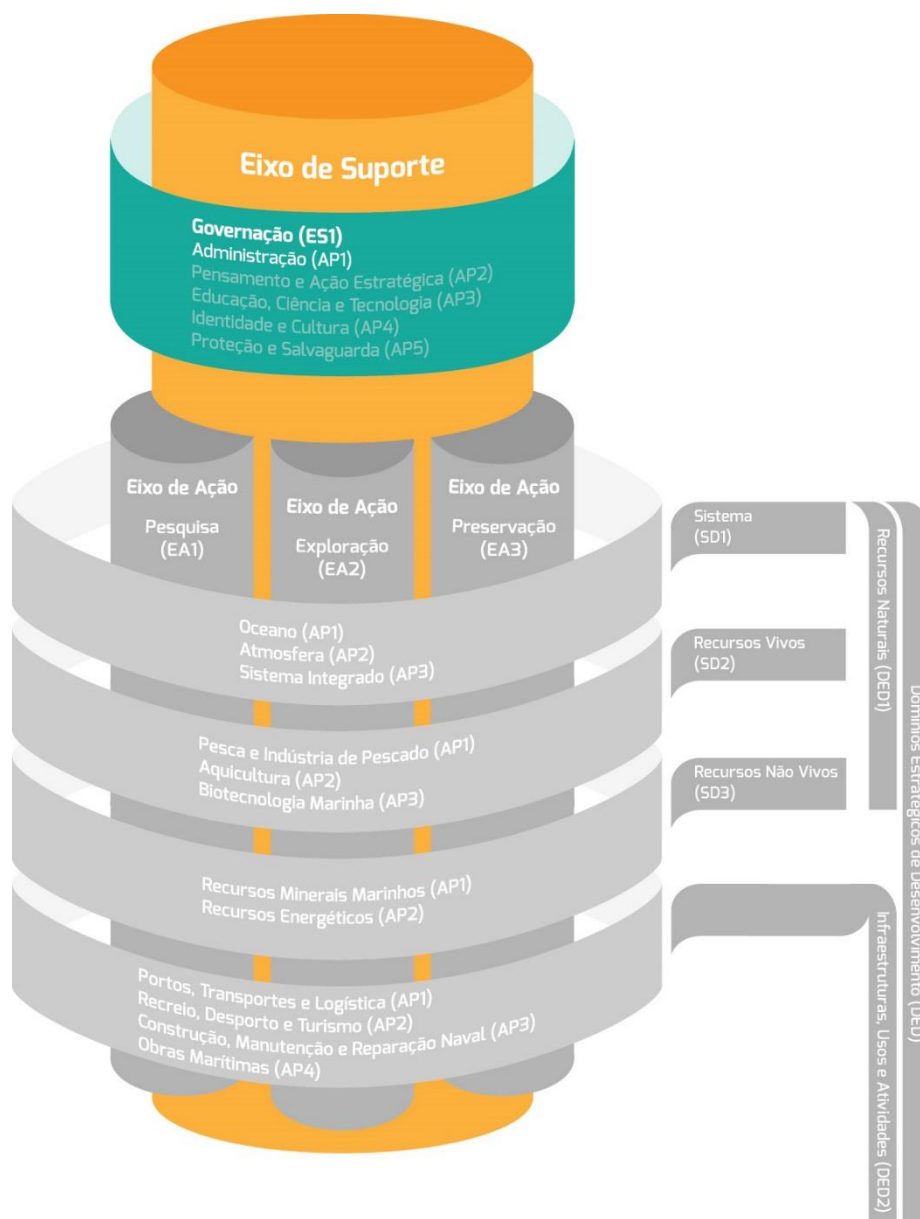
1 - Ação legislativa e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos.

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Orgânica

Organização da Administração na Ação Internacional (**ex-Reforma da Administração**)



Programa de Ação

Estrutura Orgânica

P1101001 – Organização da Administração na Ação Internacional (ex-Reforma da Administração)

Objetivos

Promover a integração das políticas públicas do mar, e dos respectivos instrumentos de gestão, através do desenvolvimento de processos colaborativos de trabalho entre as instituições envolvidas, consolidando uma cultura organizacional do Mar, intersectorial e multidisciplinar.

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)
- Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projetos

Resultados Esperados

- Assegurar coordenação da ação a eficácia na resposta;
- Promover eficiência nos processos de consulta entre entidades.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1101-P1101001

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #1

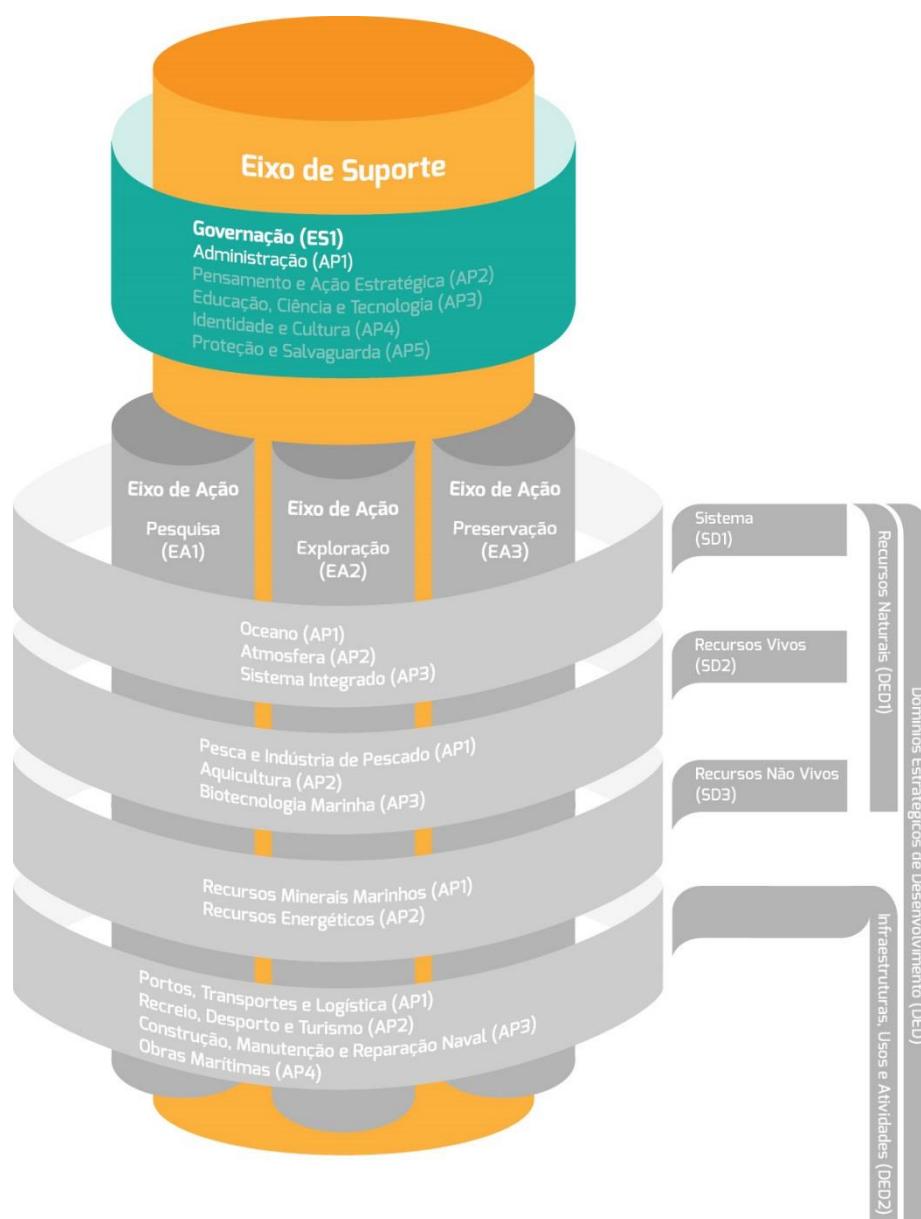
PA – Reforma da Administração

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Estrutura Orgânica

Organização da Administração na Ação Internacional (**ex-Reforma da Administração**)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Organização da Administração na Ação Internacional (**ex-Reforma da Administração**)

Objetivos

Garantir o acompanhamento da estratégia de atuação nacional e internacional dos diversos serviços e organismos no âmbito do Mar.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Justiça (MJ)

- Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Serviço de Informações Estratégicas de Defesa (SIED)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Identificação dos processos internacionais em curso em que o enfoque seja o mar, ou em que o mar também seja uma área de análise, e identificação do ponto focal que acompanha o processo;
2. Identificar para cada processo o grupo de análise para consolidação da posição nacional e as implicações com outros processos em curso;
3. Em cada processo efectuar o ponto de situação dos trabalhos internacionais e nacionais e da posição Nacional;
4. Enquadrar cada um dos processos na Estratégia Nacional para o Mar;
5. Consolidar a posição Nacional fundamentada nas matérias relacionadas com o Mar, sempre que tal seja necessário.

Resultados Esperados

- Relatório de Diagnóstico (processos em curso, atores nacionais, breve ponto situação dos trabalhos, trabalhos futuros e posição Nacional);
- Relatório anual a ser apresentado na última reunião CIAM de cada ano.

Calendarização

2013:

Relatório de Diagnóstico

2013-2020:

Relatório anual para apresentar na última reunião CIAM

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s):

#1 - Ação legisladora e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos.

#2 - Ordenamento do espaço marítimo como base para a gestão estratégica e promotora dos usos e atividades.

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

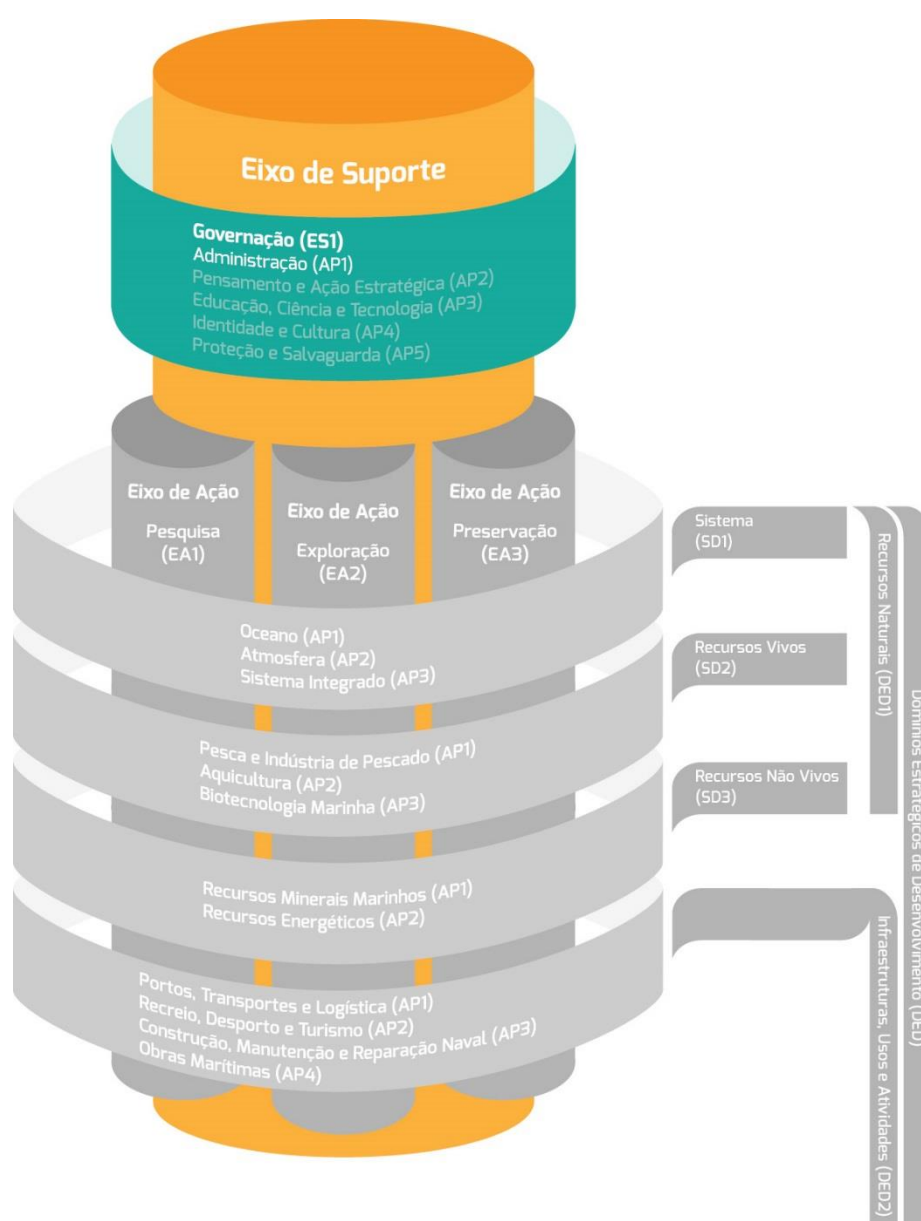
Simplificação e Modernização Administrativa

Regulação, Regulamentação e Licenciamento

Registo de Navios

Regulamento da Náutica de Recreio

Regulamento de Inscrição Marítima



Programa de Ação

Simplificação Administrativa

P1102002 – Regulação, Regulamentação e Licenciamento

P1102004 – Registo de Navios

P1102005 – Regulamento da Náutica de Recreio

P1102006 – Regulamento de Inscrição Marítima

Objetivos

Promover a integração das políticas públicas do mar, e dos instrumentos dos respectivos instrumentos de gestão, através da agilização estrutural e regulamentar e da simplificação processual, envolvendo múltiplas instituições com competências próprias em razão da matéria.

Entidade Coordenadora

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Justiça (MJ)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias

- Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM)

- Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM)

- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Relatório com o diagnóstico da situação de referência; (Análise do SIMPLEX + Custos de Contexto)
- Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão espacial do espaço marítimo;
- Regime jurídico para os bens do domínio público do espaço marítimo;
- Regime económico e financeiro para o espaço marítimo;
- Promoção de serviços de qualidade, competitivos e inovadores;
- Desenvolvimento de serviços de suporte em plataforma integrada (Balcão Único do Mar);
- Reduzir o tempo de aprovação de projetos, tornando os processos mais transparentes e mais atrativos para o investimento;
- Disponibilizarem tempo real, ao promotor, a informação sobre a evolução do processo;
- Aumentar os índices de satisfação do cliente final.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102-P1102002

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #1, #2

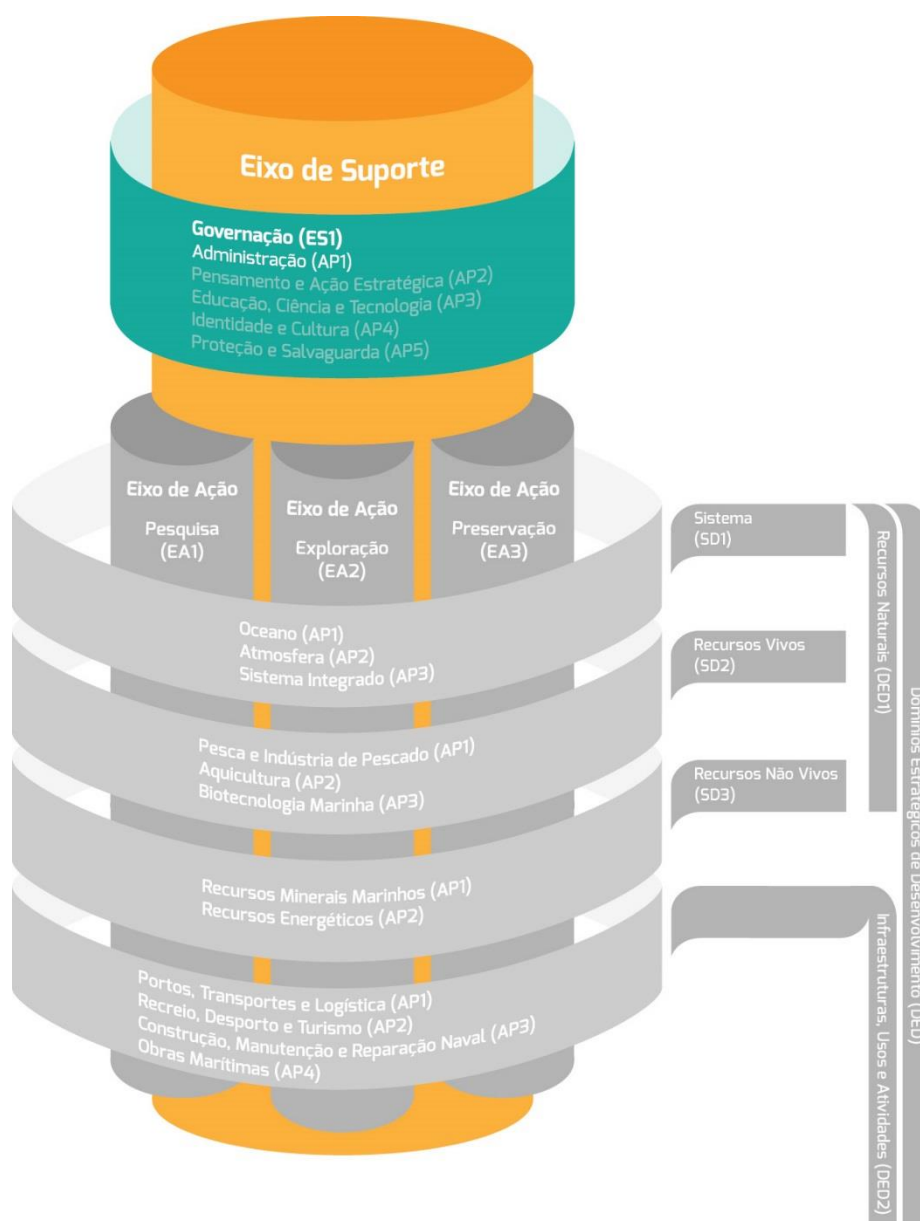
PA – Simplificação e Modernização Administrativa

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Simplificação e Modernização Administrativa

Regulação, Regulamentação e Licenciamento



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Regulação, Regulamentação e Licenciamento

Objetivos

- Promover a clarificação da componente processual e administrativa dos licenciamentos para as atividades económicas atuais e emergentes, adotando o princípio do balcão único e privilegiando a existência de um interlocutor para todas as fases do processo de licenciamento, bem como na fase de instalação e exploração (monitorização e controlo).
- Assegurar a simplificação administrativa, e a implementação de novos instrumentos de relacionamento com os cidadãos e as empresas, no que respeita às atividades económicas ligadas ao mar, visando reduzir os seus custos de contexto, no que às suas responsabilidades de ligação com os diversos setores do Estado diz respeito.
- Estabelecer uma base comum de entendimento que permita, no quadro dos diferentes poderes do Estado, e dos respetivos domínios, entidades e competências, criar uma nova moldura legal que permita dar coerência, eficiência e eficácia ao licenciamento no espaço marítimo;
- Estabelecer um novo quadro jurídico da gestão dos bens do domínio público no espaço marítimo e o licenciamento das atividades que ali se desenvolvam, como elemento essencial não apenas à regulação e à titulação da utilização daqueles bens, mas, também, para estabelecer o modelo para a atribuição dos usos e atividades no espaço marítimo.

Desenvolvimento: É essencial que o ordenamento do espaço marítimo (especialização de actividades e usos) ofereça uma segurança jurídica porque contribui para a clarificação dos processos, tornando mais transparente e rápido o licenciamento de atividades no mar garantindo condições favoráveis ao investimento no Mar-Portugal. A criação do balcão único, no qual o proponente passará a interagir com um gestor de projeto, permitirá que este funcione como o único interlocutor em todas as fases do procedimento de licenciamento e acompanhamento da fase de exploração, uma lógica de “um projeto = uma licença”. Pretende-se, assim, evitar que o interessado tenha de obter as licenças necessárias separadamente (a atribuição do título de utilização dos recursos hídricos, a declaração de impacte ambiental (quando exigível), a conformidade com os instrumentos de gestão territorial - licença municipal (quando existem infraestruturas complementares em terra) compatibilidade com o regime da REN e a licença de instalação e de exploração, junto de cada uma das entidades competentes envolvidas).

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

- Turismo de Portugal (TP)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

- Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR)

Ministério da Agricultura, do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Direção-Geral de Alimentação e Veterinária (DGAV)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Saúde (MS)

- Administração Regional de Saúde (ARS)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Definição do Espaço Marítimo e limites;
2. Identificação dos poderes do Estado no espaço marítimo nas suas diferentes áreas;
3. Definição dos conceitos e utilizações respeitantes ao espaço marítimo;
4. Identificação das entidades competentes no quadro do licenciamento do espaço marítimo e respectivo âmbito de intervenção, em razão da matéria e do território;
5. Identificação e caracterização das situações pendentes das atividades de utilização do espaço marítimo
6. Identificação de instrumentos legais a alterar, em concreto, numa perspetiva de clarificação e integração dos regimes jurídicos aplicáveis às utilizações e das competências das diversas entidades;
7. Estabelecimento de Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo;
8. Definição do regime jurídico da gestão do espaço marítimo aplicável aos usos e atividades, definindo os diversos tipos de utilizações e respetivos títulos que as habilitam;
9. Definição do regime económico-financeiro aplicável às utilizações do espaço marítimo;
10. Definição de um fluxograma integrador do processo de licenciamento das atividades no espaço marítimo;
11. Desenvolver um projeto piloto e avaliar as condições necessárias para o desenvolvimento de uma plataforma informática única entre as várias entidades intervenientes no licenciamento (poder-se-á beneficiar da experiência da APA no âmbito do SiLiAmb);
12. Analisar a eventual necessidade de alteração do quadro legal em vigor, definindo as respetivas diretrizes, e iniciar os procedimentos necessários à sua alteração.

Resultados Esperados

- Revisão legislativa adequada à clarificação de competências, bem como dos procedimentos legais e administrativos, necessários às medidas de simplificação e modernização preconizadas.
- Lei de Bases da política de ordenamento e de gestão espacial do espaço marítimo;
- Regime jurídico para os bens do domínio público do espaço marítimo;
- Regime económico e financeiro para o espaço marítimo;
- Redução dos tempos de relacionamento com a administração, tornando os processos mais transparentes e harmonizando os procedimentos a nível nacional,
- Simplificação administrativa e redução dos custos de contexto para as empresas
- Criar a figura de “Balcão Único” para as principais atividades no espaço marítimo;
- Disponibilização, em tempo real, ao promotor a informação sobre a evolução do processo;
- Aumento os índices de satisfação do cliente final.

Calendarização

2013–2014

Tarefas 1,2,3,4,5,6,7 e 8

2015

Tarefas 9, 10, 11, 12 e 13

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

Financiamento Comunitário:

Modernização Administrativa, PO MAR 2020

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1102-P1102004

Eixo de Suporte – ES 1 GOVERNAÇÃO

AP - Administração

Efeito(s) - # 1 – Ação legisladora e regulamentar simplificadora dos procedimentos e orientada para servir os cidadãos

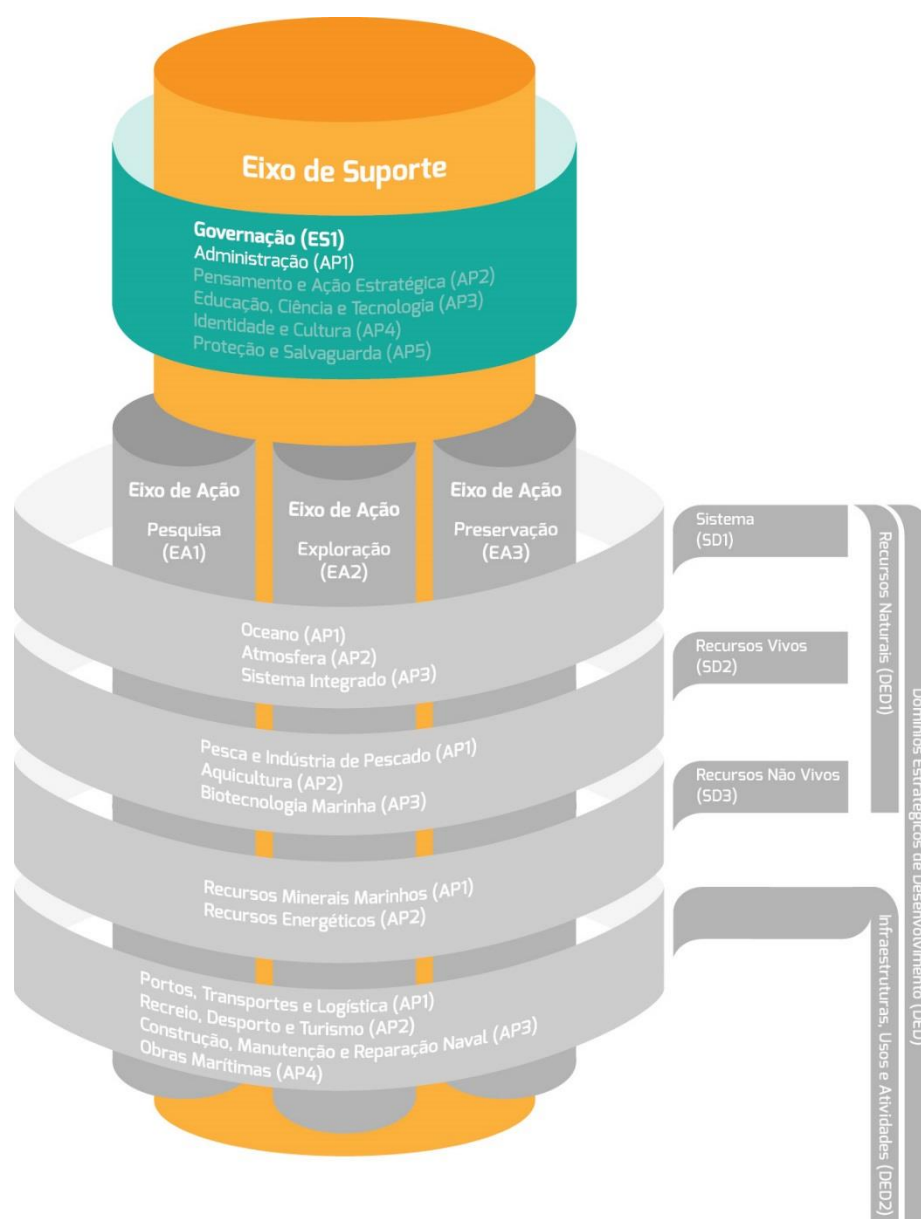
PA – Simplificação e Modernização Administrativa

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Simplificação e Modernização Administrativa

Registo de Navios



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Registo de Navios

Objetivos

- Criar condições para a promoção do crescimento e qualidade da frota de navios de comércio arvorando o pavilhão nacional.
- Contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade do sistema de educação e formação náutica, e consequente promoção da atractividade das profissões marítimas.
- Contribuir, através das oportunidades de emprego criadas pelo aumento da frota nacional, para o desenvolvimento de massa crítica nas profissões marítimas, criando condições para o aparecimento e dinamização de empresas prestadoras de serviços especializados, bem como para o reforço do desenvolvimento da administração marítima.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

Ministério da Justiça (MJ)

Ministério da Economia (ME)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - Coordenação
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social (MSESS)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para a Modernização Administrativa (AMA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Sociedade de Desenvolvimento da Madeira (SDM)
- Associação dos Armadores da Marinha de Comércio
- Escola Superior Náutica Infante D. Henrique

Tarefas

1. Ratificar, regulamentar e implementar as Convenções da IMO e da ILO, colocando Portugal no grupo dos Estados-membros da IMO com maior número de instrumentos ratificados;
2. Desenvolvimento do conjunto de medidas relativas aos serviços externos que possam contribuir para a melhoria da qualidade, competitividade e atratividade do MAR;
3. Desenvolver e implementar um sistema de qualidade para os processos operacionais da Administração Marítima;
4. Capacitar a Administração Marítima com uma Plataforma Eletrónica para disponibilização de e-services de apoio, a utilizar de forma integrada com os operadores externos;
5. Desenvolvimento da matriz de simplificação dos processos tendo por base um cenário exigente de desafio à Administração Marítima, perante agentes privados prestadores de serviços com cobertura global;

6. Preparar e submeter a candidatura de Portugal à auditoria da IMO;
7. Estabelecer incentivos ao envolvimento dos armadores de navios com registo nacional nos planos da educação e formação do pessoal marítimo, bem como no plano da investigação e inovação das TIC marítimas;
8. Efetuar um estudo de avaliação estratégica da reforma da intervenção da Administração refletindo sobre cenários prospetivos, a simplificação administrativa e a adaptação de um modelo de taxas mais competitivo;
9. Efetuar um estudo de impacto económico e na reforma do Estado, refletindo os cenários prospetivos, a simplificação administrativa, a adaptação de um modelo de taxas mais competitivo, a criação de empresas e postos de trabalho especializados no cluster do mar para apoio ao Registo, e as receitas esperadas para o Estado, decorrentes da coleta de IRS e IRC;
10. Estabelecer modelo de cooperação nos planos da educação e formação do pessoal marítimo com os armadores que utilizam o MAR, bem como no plano da investigação e inovação das TIC marítimas.

Resultados Esperados

- Uma Frota de Navios de qualidade, competitiva e inovadora;
- Disponibilização de serviços de suporte em plataforma electrónica integrada;
- Aumento da tonelagem da frota registada sob Bandeira Portuguesa, aumentando o seu peso internacional, nomeadamente junto da IMO;
- Reforço do cluster do mar, com contrapartidas no plano da educação, formação profissional e investigação e inovação tecnológica;
- Crescimento do número de oportunidades de emprego no sector marítimo.

Calendarização

2013-2018

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - São identificados outros custos para além dos normais custos de modernização por parte das Instituições envolvidas, nomeadamente, os custos com pessoal

Financiamento Comunitário:

Modernização Administrativa, Fundos Operacionais do Mar e Programas Operacionais Regionais

Investimento Privado

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

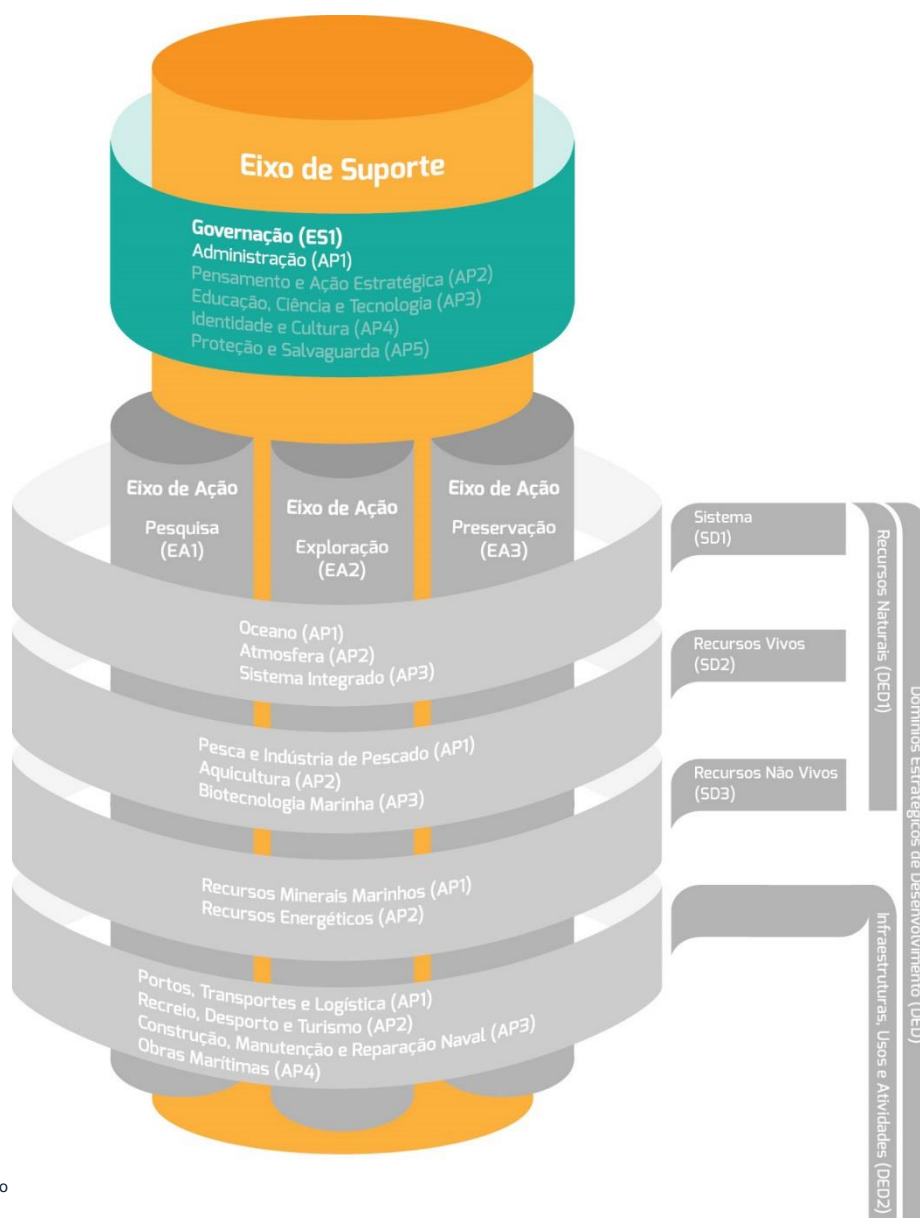
AP - Administração

Efeito(s)

#4 – Monitorização e promoção da competitividade e internacionalização da economia do mar

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO	
	Promoção das Atividades e Competitividade
	Competitividade e Internacionalização
	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (2014-2020)
	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) (integrado no P1103147-Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar))
	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Cooperação Territorial / Bacia do Atlântico (integrado no P1103147-Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar))
	Horizonte 2020
	Financiamento pela Banca (ex-Financiamento Privado)
	Mecanismo de Governação e Planeamento Conjunto
	(Novo) - Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar)
	(Novo) – MFEE 2009-2014 – PT02 – Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras



Programa de Ação

Promoção de Atividades e Competitividade

P1103007 - Competitividade e Internacionalização
P1103008 - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (2014-2020)
~~P1103009 - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)~~ (integrado no P1103147-Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar))
~~P1103010 - Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - Cooperação Territorial/Bacia do Atlântico~~ (integrado no P1103147-Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar))
P1103011 - Horizonte 2020
P1103012 - Financiamento pela Banca (**ex-Financiamento Privado**)
P1103013 - Mecanismo de Governação e Planeamento Conjunto
P1103147 - Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar) (**NOVO**)
P1103158 - MFEEE 2009-2014 - PT02 - Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras (**NOVO**)

Objetivos

- Promover a competitividade e a internacionalização das atividades da economia do mar
- Dinamizar a execução da Política Comum das Pescas e a Política Marítima Integrada
- Garantir uma visão integrada das atividades ligadas ao mar na preparação e acesso aos programas operacionais do Portugal 2020
- Potenciar um papel de relevo para Portugal na aplicação dos fundos para a cooperação territorial
- Potenciar a investigação e a inovação nas atividades ligadas ao mar através do Horizonte 2020
- Mobilizar o interesse das instituições de financiamento privado para a economia do mar e o apoio do BEI
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação
- Capacitar as entidades intervenientes para alcançar e manter o Bom Estado Ambiental das Águas Marinhas e Costeiras

Desenvolvimento: Acompanhamento permanente dos instrumentos de financiamento disponíveis para apoio a projetos da economia do mar, incluindo fundos comunitários e financiamento bancário. Tratamento da informação para divulgação expedita e simplificada aos promotores, incluindo a elaboração de um "Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar" / manual do investidor (1. Os financiamentos disponíveis; 2. Como aceder; 3. Onde aceder; 4. Quando aceder) a disponibilizar online e de atualização permanente.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)

Ministério da Economia (ME)

- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)
- Comunidades Intermunicipais (CIMs)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Áreas Metropolitanas (AM)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)
- DOCAPECA

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC) (ex-Instituto Financeiro para o Desenvolvimento Regional (IFDR))
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Governo Regional dos Açores (GRA)
Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

- Forum Empresarial para a Economia do Mar (FEEM)
- Oceano XXI
- Entidades bancárias e outras instituições de financiamento
- Autoridades de gestão dos Programas Operacionais do Portugal 2020, com exceção do Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projectos

Resultados Esperados

Apoiar a execução de medidas que visem alcançar os objetivos da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI)
Apoiar a promoção de projetos que contribuam para os efeitos da Estratégia Nacional para o Mar através de todos os fundos comunitários previstos para o período 2014-2020
Promover o financiamento privado na economia do mar
Reforço da monitorização das águas marinhas

Calendarização

2014-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
Orçamento das instituições envolvidas na elaboração dos projetos

Financiamento Comunitário:
Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI)

PO Assistência Técnica, Fundo Europeu das Pescas (FEP), EEAGrants

Nota: Neste campo estão apenas identificadas as fontes de financiamento para a implementação dos projetos Mar Portugal, e não aquelas que serão objeto de análise (Ex. FEAMP, FEDER, FSE, FC, Life, Cosme, Horizonte 2020, BEI, etc)

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103007

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

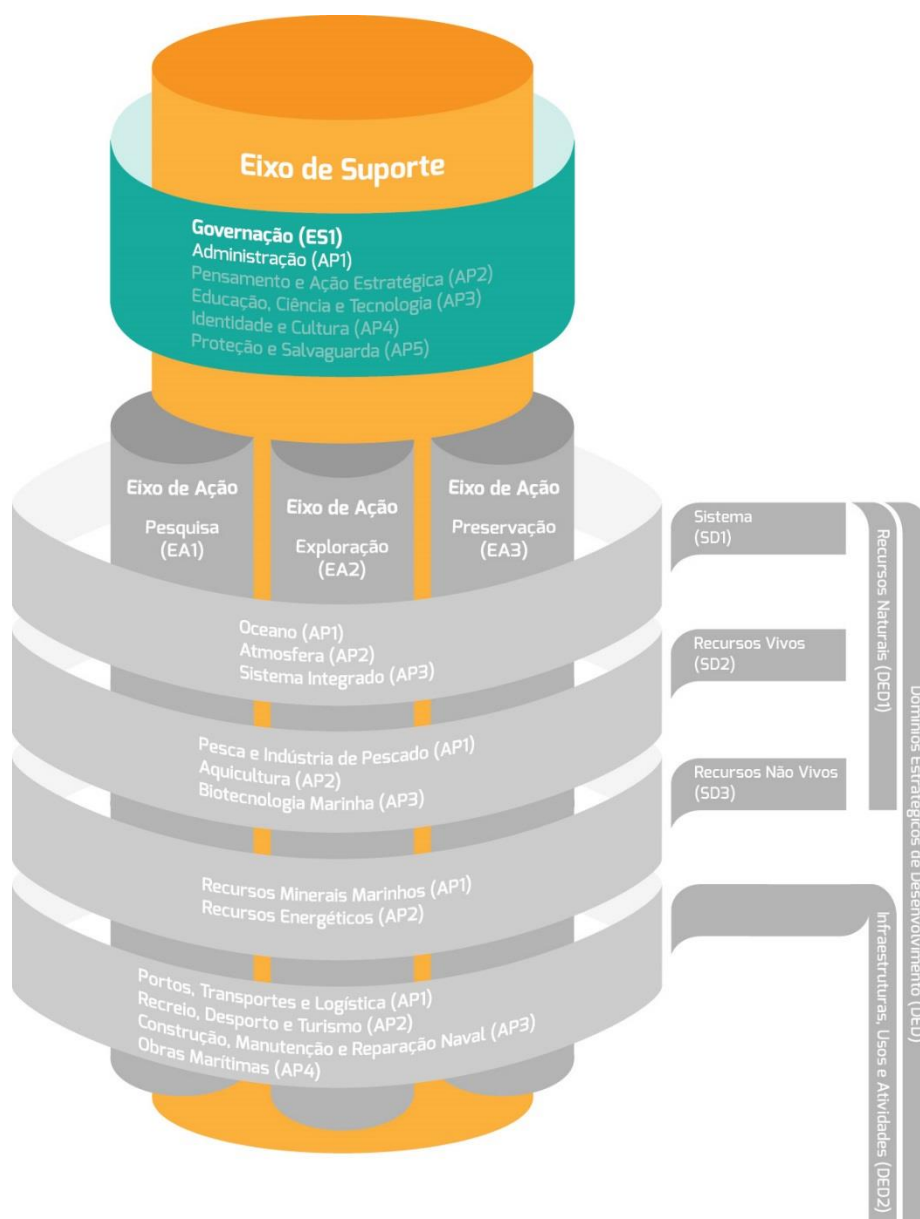
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Competitividade e Internacionalização



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Competitividade e Internacionalização

Objetivos

- Análise da competitividade e internacionalização da economia do mar, para suporte à tomada de decisão no contexto da Estratégia Nacional para o Mar;
- Produção de informação estatística e outra, de apoio à CIAM, no âmbito da competitividade e internacionalização da economia do mar em Portugal;
- Apoio ao desenvolvimento de material informativo, com enfoque nas especificidades da economia do mar em Portugal, para suporte aos agentes económicos interessados em investir ou em importar produtos e serviços nacionais.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Núcleo da equipa:

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)
- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)

Ministério da Economia (ME)
- Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (coordenação)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Nacional de Estatística (INE)

Equipa a ser consultada, sempre que se justificar:

Ministério da Economia (ME)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)
- Direção Geral das Atividades Económicas (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- DOCAPESCA

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- OCEANO XXI
- Fórum Empresarial da Economia do Mar
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Tarefas

1. Compilação e análise de informação estatística, ou outra, de enquadramento económico dos setores da economia do mar, complementada com informação de carácter estratégico e prospetivo;
2. Identificação e sistematização das especificidades relevantes ao ambiente de investimento na economia do mar em Portugal;
3. Identificação de oportunidades de investimento em Portugal ou de exportação para os produtos e serviços portugueses no contexto da economia do mar;
4. Alinhamento com a agenda da AICEP com vista ao apoio a esta Agência no domínio marítimo e na sua ação de “promover a internacionalização das empresas portuguesas e apoiar a sua atividade exportadora, captar investimento estruturante e promover a imagem de Portugal com iniciativas criadoras de valor para o nosso país”.

Resultados Esperados

- Notas técnicas de suporte à ação da AICEP no contexto da economia do mar;
- Notas técnicas de suporte à CIAM;
- Fichas setoriais, ou outros materiais de divulgação, com informação de caracterização económica, incluindo a componente internacional

Calendarização

2013 e anos subsequentes

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - A suportar internamente pelas entidades que integram a ETE (Equipa Técnica Especializada).

A serem identificadas, caso a caso, pela equipa sempre que se revele necessário, para além dos inerentes custos de funcionamento das instituições envolvidas.

Produtos concretizados

Notas técnicas de suporte à ação da AICEP (2013 e 2014)

Relatório “*Investment Portfolio in the Ocean. Economic, social and environmental valorization of the ocean and coastal areas*”, Lisbon, 5th June 2014 (documento interno)

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103008

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

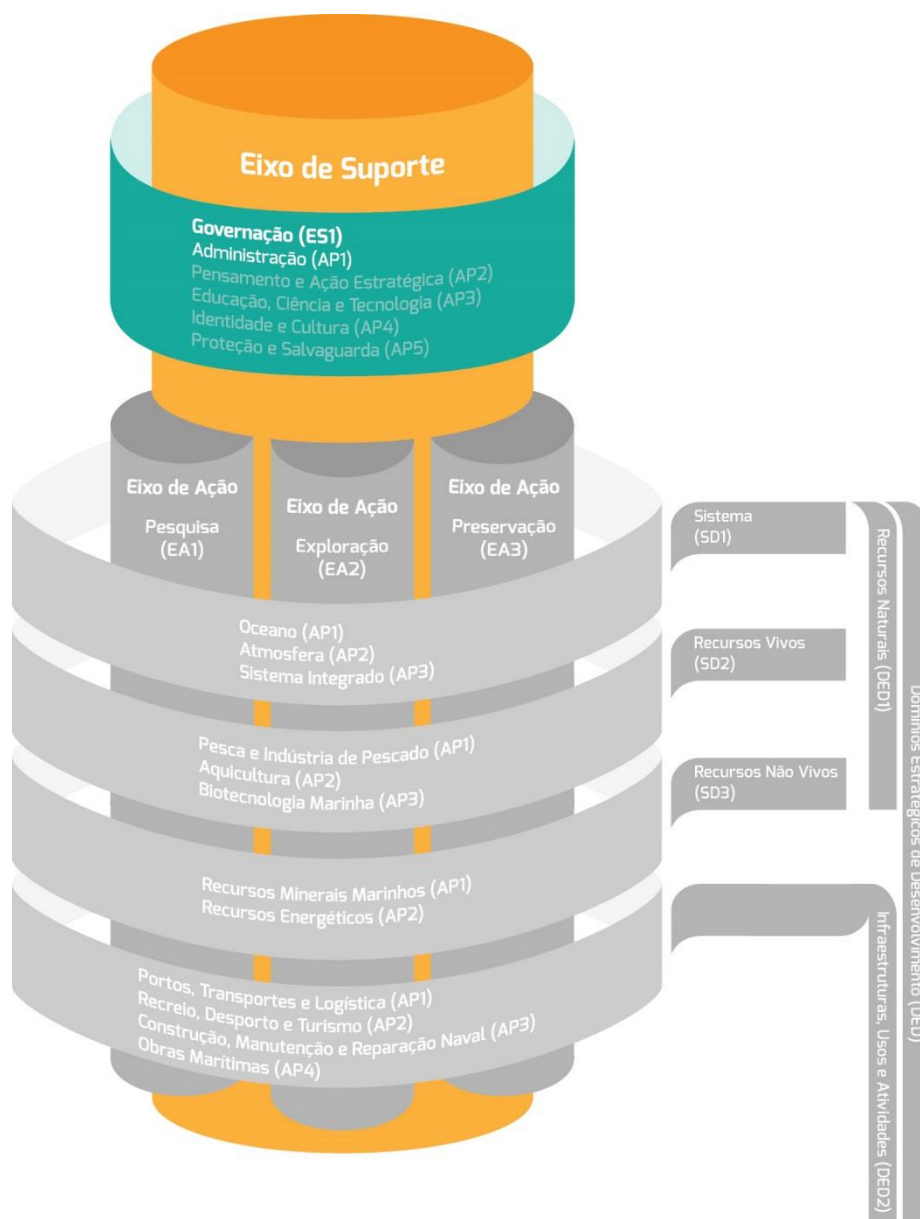
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (2014-2020)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Objetivos

- Promover uma pesca e uma aquicultura competitivas, economicamente viáveis, social e ambientalmente sustentáveis;
- Dinamizar a execução da Política Comum das Pescas, fomentando o conhecimento científico e a recolha de dados bem como o controlo reforçando a capacidade institucional e a eficiência da administração;
- Promover um desenvolvimento sustentável das zonas de pesca;
- Fomentar o desenvolvimento e a execução da Política Marítima Integrada (PMI) da UE, em complementaridade com a política de coesão e a política das pescas;
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: O FEAMP é o instrumento financeiro destinado a apoiar a execução da nova Política Comum das Pescas (PCP), incluindo a Organização Comum de Mercado (OCM), as compensações às RUP, o Controlo e Vigilância das Pescas e a Recolha de Dados, bem como dinamizar a Política Marítima Integrada (PMI), nomeadamente no que respeita à vigilância marítima integrada, à proteção do meio marinho e da biodiversidade e à execução das medidas previstas na Diretiva-Quadro Estratégia Marinha.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) – Coordenação
- Estrutura de Apoio Técnico do PROMAR;
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades Participantes – a envolver sempre que se justifique

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Gabinete de Planeamento e Prospectiva (GPP)

Resultados Esperados

Apoiar a execução de medidas que visem alcançar os objetivos da Política Comum das Pescas (PCP) e da Política Marítima Integrada (PMI) (FEAMP Gestão Direta da CE/DG-MARE e Gestão Partilhada (PO MAR 2020))

Calendarização

2014-2020

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Identificam-se necessidades de co-financiamento dos projectos europeus, a suportar pelo OE

Financiamento Comunitário:

PO MAR 2020 – 292M€ (
FEAMP gestão directa da CE/DG-MARE

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103011

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

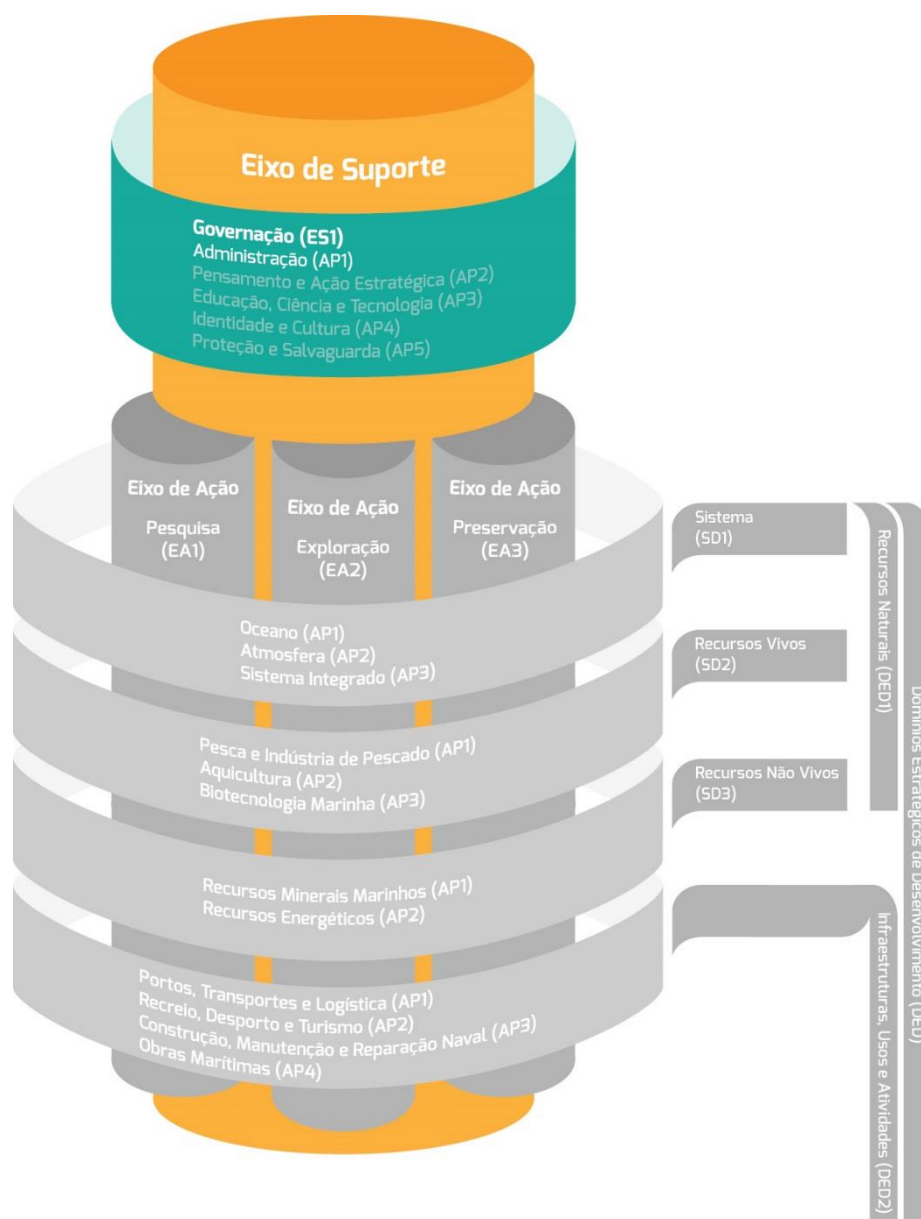
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Horizonte 2020



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Horizonte 2020

Objetivos

- Potenciar a investigação e a inovação nas atividades ligadas ao mar através do Horizonte 2020
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento: O Horizonte 2020 é um instrumento financeiro da UE para a I&DT&I, que vigorará entre 2014 e 2020 e que vem substituir o 7º Programa Quadro de I&D. É sobretudo relevante alinhar a ENM 2013-2020 com o desafios sociais no Horizonte 2020. Este instrumento contempla um conjunto de medidas que integram o chamado “pacote do Crescimento Azul”.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Coordenação

Ministério da Educação e Ciência (MEC)
- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)
- Gabinete de Promoção do Programa Quadro (GPPQ)

Tarefas

1. Cruzamento das áreas do PMP, com o Horizonte 2020
2. Apoio à FCT na análise de documentos relativos ao H2020
3. Elaboração de contributos para “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” no que respeita ao Horizonte 2020, que será desenvolvido no projeto “Mecanismos de Governança e Planeamento Conjunto”
4. Folheto/Brochura com informação sobre o Horizonte 2020 no âmbito do Mar
5. Acompanhamento dos resultados nacionais no Horizonte 2020, no que se refere ao Mar, a integrar no *Projeto SEAMInd de Indicadores de apoio à Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar e de suporte ao Projeto Rede de Cooperação Científica e Capacitação Tecnológica*.

Resultados Esperados

- Matriz de cruzamento das áreas do PMP, com o Horizonte 2020
- Apoio à FCT na análise de documentos relativos ao H2020
- Elaboração de contributos para “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” no que respeita ao Horizonte 2020, que será desenvolvido no projeto “Mecanismos de Governança e Planeamento Conjunto”
- Folheto/Brochura com informação sobre o Horizonte 2020 no âmbito do Mar

Acompanhamento dos resultados nacionais no Horizonte 2020, no que se refere ao Mar, a integrar no *Projeto SEAMInd de Indicadores de apoio à Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar e de suporte ao Projeto Rede de Cooperação Científica e Capacitação Tecnológica*.

Calendarização

2014

- Cruzamento das áreas do PMP, com o Horizonte 2020
- Apoio à FCT na análise de documentos relativos ao H2020

2015-2016

- Apoio à FCT na análise de documentos relativos ao H2020

- Elaboração de contributos para “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” no que respeita ao Horizonte 2020, que será desenvolvido no projeto “Mecanismos de Governação e Planeamento Conjunto”
- Folheto/Brochura com informação sobre o Horizonte 2020 no âmbito do Mar
- Acompanhamento dos resultados nacionais no Horizonte 2020, no que se refere ao Mar, a integrar no *Projeto SEAMInd de Indicadores de apoio à Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar* e de suporte ao *Projeto Rede de Cooperação Científica e Capacitação Tecnológica*

2017-2020

- Apoio à FCT na análise de documentos relativos ao H2020
- Revisão de folheto/Brochura com informação sobre o Horizonte 2020 no âmbito do Mar, se necessário
- Continuação dos trabalhos de acompanhamento dos resultados nacionais no Horizonte 2020, no que se refere ao Mar, a integrar no *Projeto SEAMInd de Indicadores de apoio à Monitorização da Estratégia Nacional para o Mar* e de suporte ao *Projeto Rede de Cooperação Científica e Capacitação Tecnológica*

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Orçamentos das instituições envolvidas

Nota: Neste campo estão apenas identificadas as fontes de financiamento para a criação e implementação deste projeto e não as disponíveis no H 2020 para projetos Mar

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103012

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

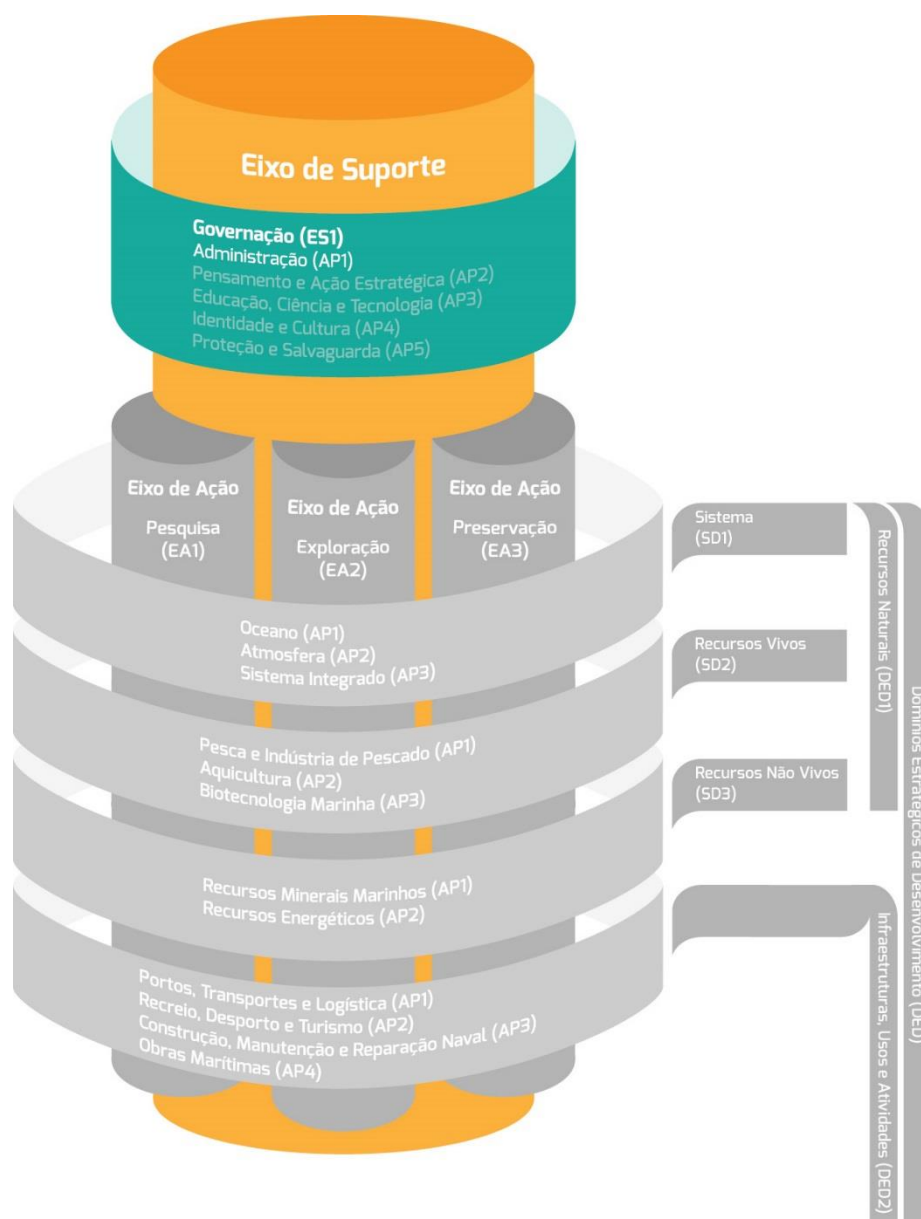
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Financiamento pela Banca (ex-Financiamento Privado)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Financiamento pela Banca (ex-Financiamento Privado)

Objetivos

- Mobilizar o interesse das instituições de financiamento
- Orientar os promotores dos projetos integrados ou a integrar no Plano Mar-Portugal, ou que contribuam para os efeitos da ENM 2013-2020, no que respeita ao acesso a financiamento para as respetivas áreas de atuação.

Desenvolvimento:

A identificação e divulgação sistematizada, das linhas de crédito existentes disponíveis para a economia do mar, incluindo o financiamento através do Banco Europeu de Investimento.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do MAR (DGPM) – MAM - em articulação com entidade a identificar

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério das Finanças (MF)

Ministério da Economia (ME)

Presidência de Conselho de Ministros

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.(ADC)

Outras entidades:

- PME Investimentos, S.A

- Outras instituições financeiras a identificar

Tarefas

1. Diagnóstico das soluções de financiamento
2. Elaboração de contributos para o “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” a ser desenvolvido no projeto do Plano Mar Portugal “Mecanismo de Governação e Planeamento Conjunto”
3. Elaboração de folheto/brochura de divulgação de linhas de financiamento para o mar
4. Elaboração de ficha com os dados compilados

Resultados Esperados

Elaboração de capítulo do “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar” e possível atualização anual

Folheto/brochura de divulgação de linhas de financiamento para o mar

Ficha com os dados referentes ao investimento na economia do mar, com recurso a financiamento bancário, para divulgação pública e apoio à CIAM

Calendarização

2016

Elaboração de capítulo do “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar”

Folheto/brochura de divulgação de linhas de financiamento para o mar

Ficha com os dados referentes ao investimento na economia do mar, com recurso a financiamento bancário, para divulgação pública e apoio à CIAM

2017-2020

Atualização dos resultados esperados anualmente, se aplicável

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Orçamento das instituições envolvidas para a elaboração das tarefas do projecto

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103013

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

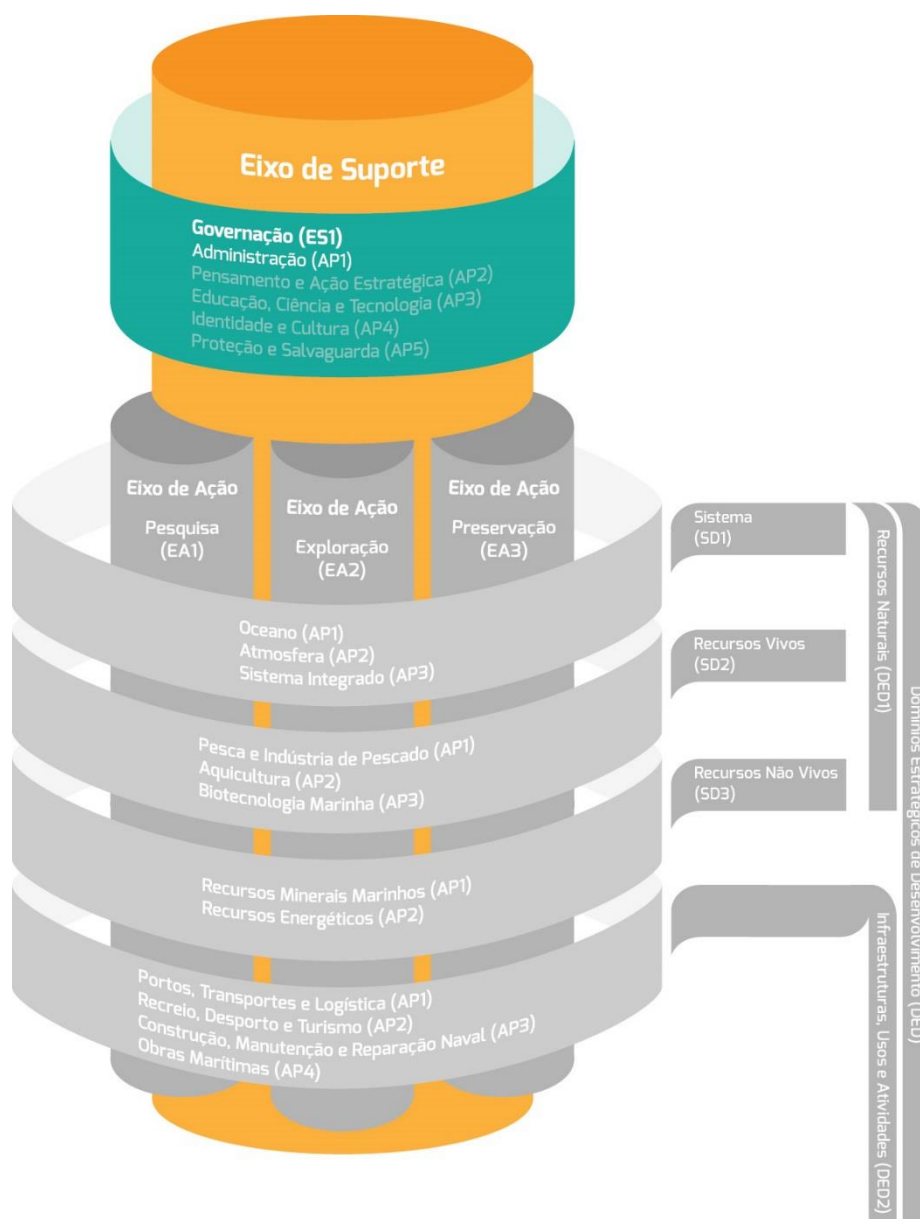
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

Mecanismo de Governação e Planeamento Conjunto



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Mecanismo de Governação e Planeamento Conjunto

Objetivos

- Apoiar a CIAM com informação sistematizada sobre a disponibilidade de financiamento na área do mar (Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, Fundos Europeus de Gestão Direta da Comissão Europeia, Banco Europeu de Investimento, linhas de financiamento bancário, financiamento para a cooperação para o desenvolvimento)

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal (AICEP)
- Camões I.P.

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT)

Presidência de Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão (ADC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades:

- Entidades bancárias e outras instituições de financiamento
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo dos projectos

Nota: A informação relativa aos FEEI no Mar será sistematizada no projeto ITI Mar e veiculada para este projetos através da DGPM e ADC

Tarefas

1. Articulação com os trabalhos ao nível do projeto "ITI Mar"
2. Articulação com os trabalhos ao nível do projeto "Financiamento pela Banca"
3. Acompanhamento do processo de discussão do financiamento para o desenvolvimento, em curso no contexto das Nações Unidas
4. Levantamento da informação referente a fundos de gestão direta da Comissão Europeia e Banco Europeu de Investimento

Resultados Esperados

- Elaboração do "Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar"
- Folhetos/brochura de divulgação
- Ficha anual de apoio à CIAM
- Atualização dos resultados esperados anualmente, se aplicável

Calendarização

2015

Trabalho preparatórios, articulação com o projeto “ITI Mar” e acompanhamento do processo de discussão do financiamento para o desenvolvimento, em curso no contexto das Nações Unidas
Primeira versão do “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar”, com especial enfoque nos FEEI

2016

Articulação com os trabalho ao nível do projeto “Financiamento pela Banca”
Elaboração do “Guia de acesso a financiamento para a Economia do Mar”
Folhetos/brochuras de divulgação
Ficha anual de apoio à CIAM

2017-2020

Atualização dos resultados esperados anualmente, se aplicável

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento nacional:

OE – Orçamento das entidades envolvidas

Nota: Neste campo estão apenas identificadas as fontes de financiamento para a implementação do projeto, e não aquelas que serão objeto de análise no contexto deste projeto (Ex. Life+, Cosme, Horizonte 2020, etc)

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103147

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

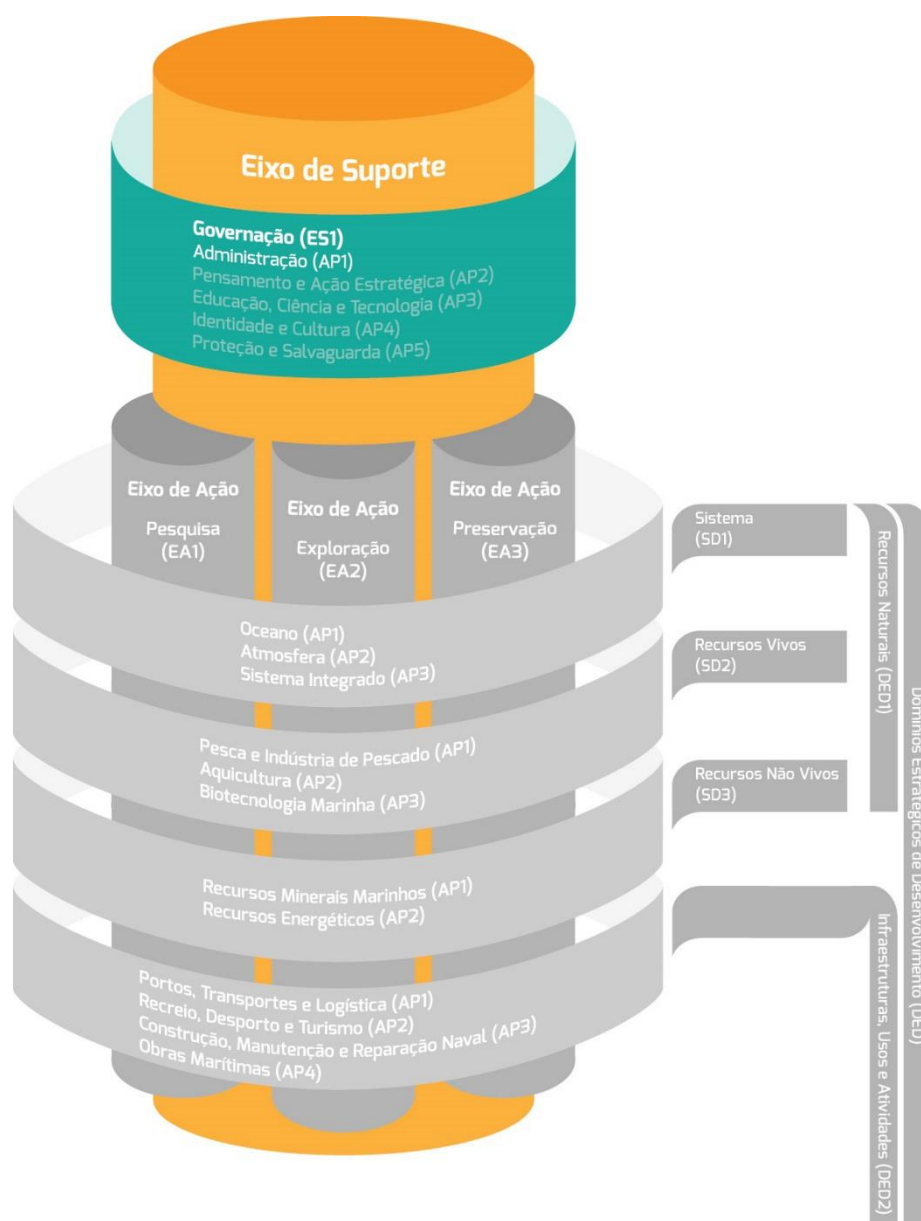
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

(NOVO) Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar) (integra P1103009 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e P1103010 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Cooperação Territorial/Bacia do Atlântico)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

(**NOVO**) Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar) (integra P1103009 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) e P1103010 Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Cooperação Territorial/Bacia do Atlântico)

Objetivos

Criação, implementação e desenvolvimento do Instrumento de Investimento Territorial Integrado para o Mar (ITI Mar), que irá operacionalizar a ENM 2013-2020 no âmbito da aplicação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) no Mar.

Entidade Coordenadora

Direção Geral da Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM)

Presidência de Conselho de Ministros
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC)

Autoridade de gestão do PO Competitividade e internacionalização
Autoridade de gestão do PO Inclusão social e emprego
Autoridade de gestão do PO Capital humano
Autoridade de gestão do PO Sustentabilidade e eficiência no uso de recursos

Autoridade de gestão do PO Regional do Norte
Autoridade de gestão do PO Regional do Centro
Autoridade de gestão do PO Regional de Lisboa
Autoridade de gestão do Regional do PO Alentejo
Autoridade de gestão do Regional do PO Algarve

Autoridade de gestão do PO cooperação territorial europeia Espanha-Portugal
Autoridade de gestão do PO cooperação territorial europeia Madeira-Açores-Canárias
Autoridade de gestão do PO cooperação territorial europeia Espaço Atlântico
Autoridade de gestão do PO cooperação territorial europeia Sudoeste Europeu
Autoridade de gestão do PO cooperação territorial europeia Mediterrâneo
Autoridade de gestão dos POs cooperação territorial europeia ESPON, URBACT, INTERACT e INTERREG C

Autoridade de gestão do PO Mar 2020

Autoridade de gestão do PO Assistência Técnica

Outras entidades:

- Comunidades Intermunicipais (CIM)
- Áreas Metropolitanas (AM)

Tarefas

1. Coordenar as ações a desenvolver no contexto do ITI Mar
2. Realizar a monitorização estratégica e dos resultados na área do Mar, em linha com a ENM 2013-2010 e com o Plano de Ação da Estratégia Marítima da União Europeia para a área do Atlântico
3. Facultar aconselhamento não vinculativo sobre orientação estratégica dos programas operacionais no que se refere a operações no Mar, tendo por base os objetivos, efeitos e prioridades da ENM 2013-2020, o Plano de Ação da Estratégia Marítima da União Europeia para a área do Atlântico e a monitorização realizada, sempre que tal seja solicitado pelas respetivas autoridades de gestão ou pela Agência I.P.;
4. Monitorizar a execução dos programas operacionais no que se refere às realizações na área do Mar, em linha com o Plano Mar Portugal, enquanto Plano de Ação da ENM 2013-2020;

5. Acompanhar todas as operações de iniciativa pública na área do Mar, financiadas pelos programas operacionais, bem como os projetos de iniciativa privada objeto de financiamento e identificados no seio do ITI Mar como de elevado potencial;
6. Estabelecer protocolos com as CIM e AM para reconhecimento de Polos de Mar, tendo por enquadramento a ENM 2013-2010;
7. Emitir parecer não vinculativo, por solicitação das autoridades de gestão dos programas operacionais regionais do continente, sobre as propostas de ITI da responsabilidade das CIM e AM, tendo por base os protocolos estabelecidos para desenvolvimento de Polos de Mar;
8. Elaborar, em conjunto com as demais entidades responsáveis pela implementação do ITI Mar, guias específicos relativos ao acesso a financiamento de projetos focalizados para o Mar, a serem disponibilizados através do SI PT2020;
9. Elaborar e aprovar regulamento interno da comissão para a implementação e execução do ITI Mar .

Resultados Esperados

- Elaboração de proposta de Pacto de Cooperação para o Mar
- Guias específicos relativos ao acesso a financiamento de projectos focalizados para o Mar, destinados ao público dos FEEI
- Elaboração de documento com o quadro de referência para a implementação da ITI Mar
- Relatórios anuais de monitorização e avaliação da aplicação dos FEEI no Mar
- Reconhecimento dos Polos de Mar da CIM e AM no contexto da ENM 2013-2020
- Regulamento Interno de funcionamento do ITI Mar
- Ações de informação e sensibilização na área do Mar

Calendarização

2014

Elaboração de proposta de diploma para instituição do ITI Mar, no contexto do modelo de governação dos FEEI

2015

- Regulamento Interno de funcionamento do ITI Mar
- Elaboração de proposta de Pacto de Cooperação para o Mar
- Guia específico relativo ao acesso a financiamento de projectos focalizados para o Mar, destinados ao público dos FEEI
- Elaboração de documento com o quadro de referência para a implementação da ITI Mar
- 1 ação de informação e sensibilização na área do Mar

2016 – 2020

- Relatórios anuais de monitorização e avaliação da aplicação dos FEEI no Mar
- Reconhecimento dos Polos de Mar da CIM e AM no contexto da ENM 2013-2020
- Ações de informação e sensibilização na área do Mar

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

Orçamento das instituições envolvidas

Financiamento Comunitário:

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) - PO Assistência Técnica

Nota: Neste campo estão apenas identificadas as fontes de financiamento para a criação e implementação do ITI Mar e não as disponíveis para projetos Mar

Produtos concretizados

Elaboração de proposta de diploma para instituição do ITI Mar, no contexto do modelo de governação dos FEEI

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1103-P1103158

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #4

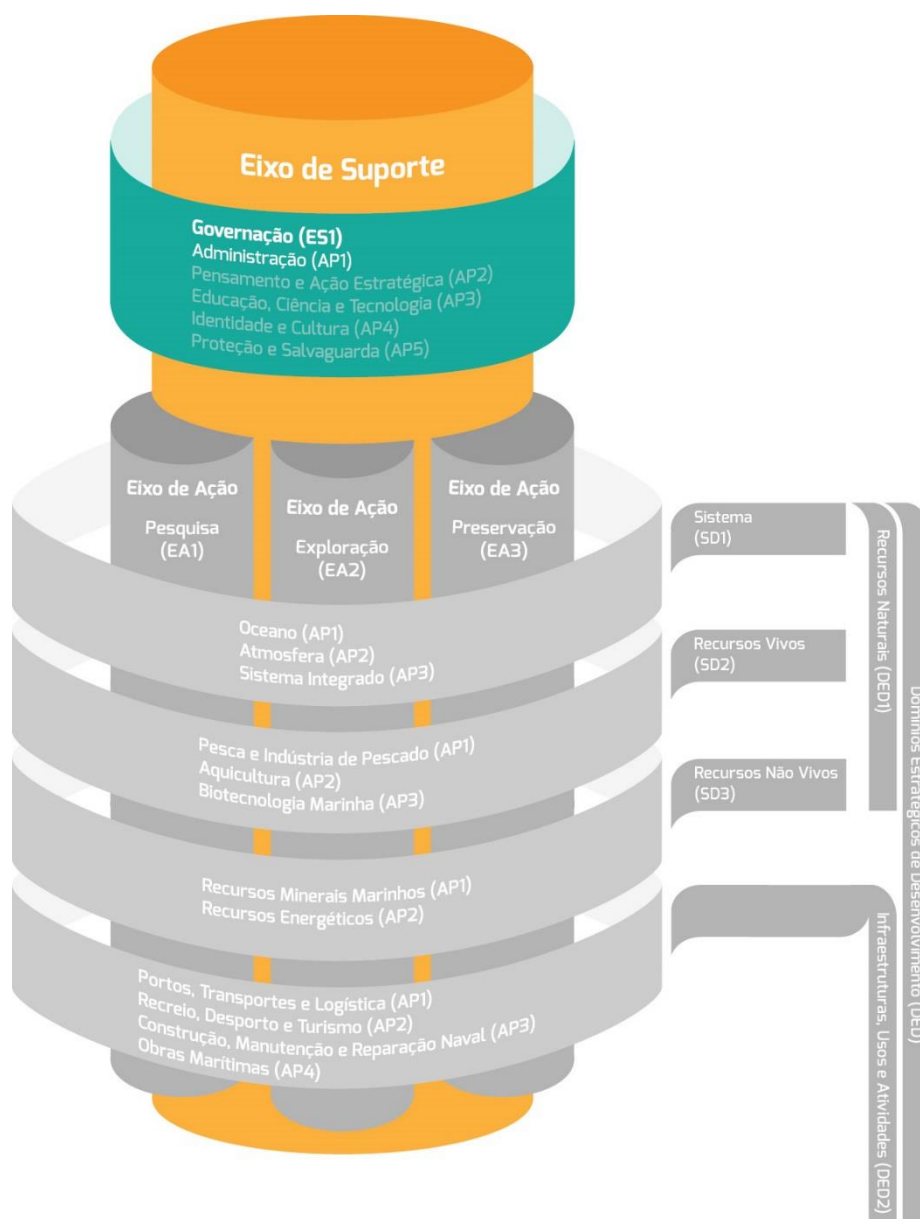
PA – Promoção de Atividades e Competitividade

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Promoção de Atividades e Competitividade

(NOVO) MFEED 2009-2014 – PT02 – Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

MFEEE 2009-2014 – PT02 – Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras (**NOVO**)

Objetivos

- Capacitar as entidades intervenientes para alcançar e manter o Bom Estado Ambiental das Águas Marinhas e Costeiras de acordo com a Diretiva-Quadro da Estratégia Marinha (DQEM)

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE)

- Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Unidade Nacional de Gestão do MFEEE 2009-2014

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – Operador do Programa PT02

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P. (ADC) - Autoridade de Certificação

European Free Trade Association (EFTA)

– Reino da Noruega, Principado do Liechtenstein e Islândia

Tarefas

1. Garantir que os projetos contribuem para os objetivos globais do MFEEE 2009-2014, para os objetivos e resultados do programa, e que cumpram o referido regulamento, o Programme Agreement, bem como as normas legais nacionais e comunitárias, em todas as fases da sua execução;
2. Recencionar e selecionar os projetos a serem financiados e assinar os respetivos contratos de financiamento com os promotores;
3. Verificar que os resultados e as despesas do projeto declaradas pelos promotores dos projetos foram efetivamente efetuadas, em conformidade com o regulamento do MFEEE, o Programme Implementation Agreement, bem como com a legislação nacional e comunitária aplicável;
4. Assegurar que os pagamentos da comparticipação aos beneficiários são efetuados em tempo útil;
5. Assegurar a qualidade da execução do programa através da verificação do progresso dos projetos relativamente aos resultados esperados, nomeadamente através do recurso a verificações no local com base numa amostragem;
6. Proceder, por amostragem, à monitorização anual dos projetos, sendo estes selecionados com base em critérios de avaliação de risco;
7. Garantir a existência de um sistema de informação computadorizada de registo e de armazenamento de dados contabilísticos de cada projeto no âmbito do programa, dados sobre a execução física, dados da gestão financeira, elaboração de relatórios, acompanhamento, verificações, auditorias e avaliação;
8. Estabelecer uma estrutura organizacional que garanta a independência e a separação funcional da divisão responsável pela verificação dos pedidos de pagamento de outras divisões, responsáveis pela implementação do programa (segregação de funções);
9. Assegurar que os promotores do projeto mantêm um sistema contabilístico separado e um código contabilístico adequado para todas as transações relativas ao projeto, sem prejuízo das normas contabilísticas nacionais;
10. Elaborar e apresentar os relatórios financeiros intercalares, o relatório anual do programa, o relatório final do programa, entre outros;
11. Assegurar que os promotores dos projetos estão totalmente comprometidos e capacitados para a implementação dos seus projetos;
12. Assegurar que toda a legislação nacional e comunitária aplicável (incluindo, mas não limitado à legislação sobre o meio ambiente, contratos públicos e auxílios estatais) é respeitada.

Resultados Esperados

- Gestão mais integrada dos recursos marinhos
- Reforço da monitorização das águas marinhas
- Reforço da capacidade de avaliação e previsão do estado ambiental das águas marinhas
- Elevar a consciência e o conhecimento sobre questões marinhas através de ações de sensibilização e de formação no domínio da gestão marinha integrada

Calendarização

2014-2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Cofinanciamento nacional de cerca de 3.4M € para os projetos pré-definidos
Cofinanciamento de projetos pelos promotores públicos - 15%

MFEEE:

19,2 M€

Financiamento Privado:

Cofinanciamento de projetos pelos promotores privados - 40%

Produtos concretizados

Programa PT02 - "Gestão Integrada das Águas Marinhas e Costeiras", preparado e gerido pela Direção Geral de Política do Mar (DGPM) – aprovado em 16 novembro de 2013

Incluí:

- Equipa de gestão do programa e procedimentos instituídos
- 2 Projetos pré-definidos (Navio de Investigação com posicionamento dinâmico / informação geográfica integrada para gestão marinha e costeira)
- 7 Pedidos de Apresentação de candidaturas
- Plano de Trabalho de suporte ao Fundo das Relações Bilaterais (€339,656 - aprox. 1,5% do valor total do programa)

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1104

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s):

#3 – Sistema nacional de dados do mar e da atmosfera coerente, persistente e eficiente que integra o conjunto dos instrumentos de especialização.

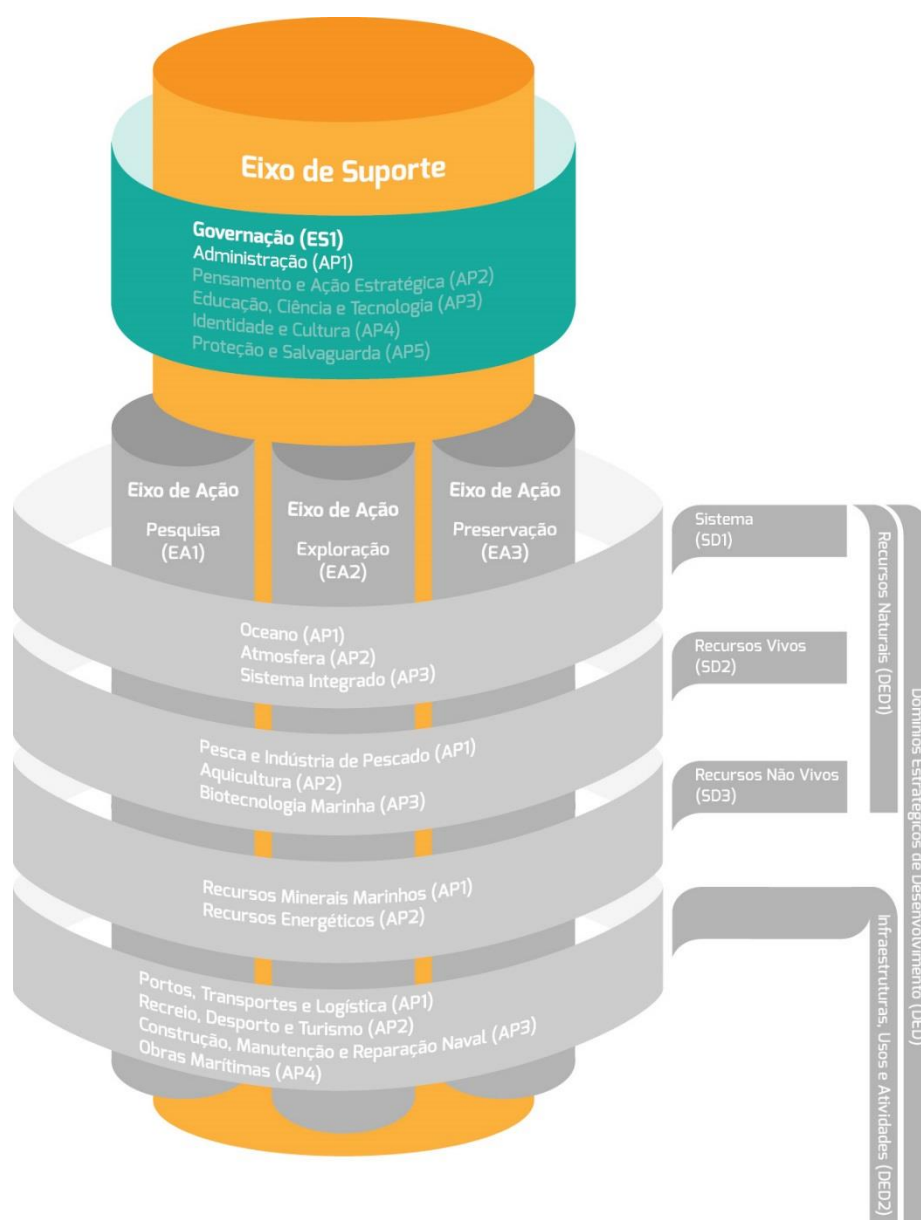
GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Dados e Informação

PIIAM - Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho (**ex-Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera**)

~~Sistema Nacional de Dados do Mar e da Atmosfera – SNIMar~~ (**este projecto passa para o SISTEMA INTEGRADO – PA Observação e Conhecimento P2327081 Sistema Nacional de Informação do Mar (ex-Infomação Geográfica Integrada)**)



Programa de Ação

Dados e Informação

P1104014 – PIIAM - Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho (ex-Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera)

~~P1104060 – Sistema Nacional de Dados do Mar e da Atmosfera~~ (este projecto passa para o SISTEMA INTEGRADO – PA Observação e Conhecimento P2327081 Sistema Nacional de Informação do Mar (ex- Informação Geográfica Integrada))

Objetivos

- Assegurar o desenvolvimento de uma plataforma comum de dados entre todos os participantes na área temática do mar, permitindo o acesso a dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera, que simultaneamente salvaguarde as especificidades de cada instrumento de gestão.
- Definir o modo de gestão pró-ativa da informação existente relativa ao ambiente marinho (Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho (PIIAM), permitindo a otimização de recursos e o aumento da eficácia nesta função do Estado.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) em articulação com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) e o Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)
- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)
- Direção-Geral do Território (DGT)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) (Coordenação - 1)
- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) (Coordenação – 2)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras entidades

- Fundação para a Ciência e a Tecnologia
- Comité Português para a Comissão Oceanográfica Intersetorial
- Administrações Portuárias
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Cumprir o disposto na Directiva EU INSPIRE e DL180/2009;
- Integração de um maior número possível de instituições que produzem e utilizam dados da monitorização do ambiente marinho, da vigilância e monitorização marítima, e da atmosfera;
- Garantir e salvaguardar a propriedade dos dados às instituições detentoras dos mesmos.

Calendarização

2013-2015

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – suportado pelo orçamento das instituições envolvidas

Financiamento de Cooperação:

Mecanismo Financeiro do EEA 2009-14

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1104-P1104014

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #3

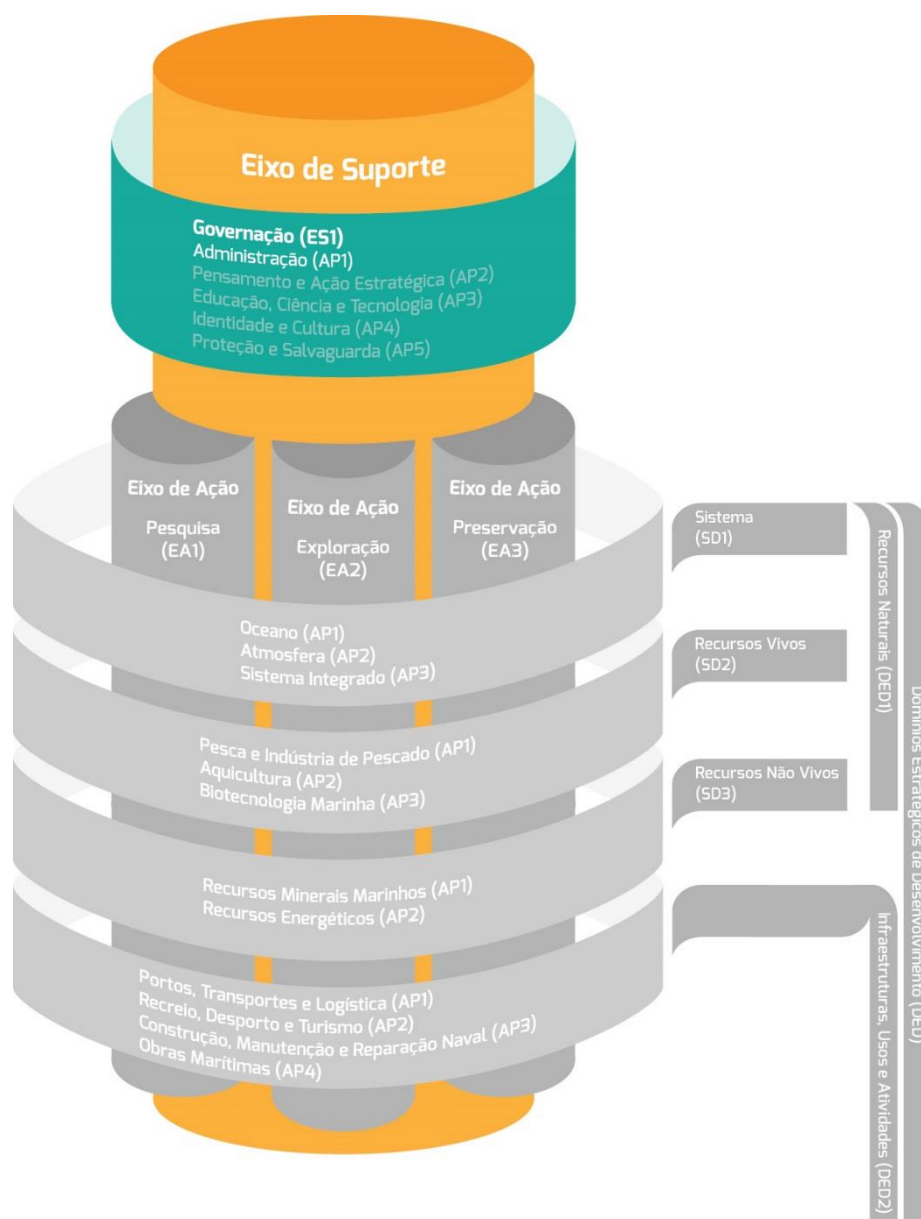
PA – Dados e Informação

GOVERNAÇÃO

ADMINISTRAÇÃO

Dados e Informação

PIIAM - Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho (**ex-Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera**)



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

PIIAM - Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho (ex-Política Nacional de Dados e Informação do Mar e da Atmosfera)

Objetivos

- Assegurar o desenvolvimento de uma plataforma comum entre todos os participantes na área temática do mar e da atmosfera, nomeadamente no estabelecimento de compromissos de partilha da informação espacial relativa a cada um dos participantes. Esse compromisso deverá ser orientado com uma base política comum às instituições, tendo como objetivo definir o modo de gestão pró-ativa da informação existente relativa ao ambiente marinho.

Decorrente das obrigações da Diretiva 2007/2/EC, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 14 de março, designada por diretiva INSPIRE, transposta para a ordem jurídica nacional através do DL 180/2009, Portugal tem que desenvolver mecanismos de gestão e partilha da informação geoespacial, nomeadamente para a área temática do mar. Deste modo, este projeto contribuirá para a implementação desta diretiva e constituirá um grupo de trabalho do projeto SNIMAR - Informação geográfica integrada para a gestão de águas marinhas e costeiras, *Work Package 1* - Política.

Entidade Coordenadora

Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) – MAM, em articulação com a Direção Geral do Território (DGT) - MAOTE

Entidades Participantes - Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Marinha Portuguesa / Instituto Hidrográfico (IH)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral do Território (DGT)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) - Coordenação

- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Ministério da Educação e Ciência (MEC)

- Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Definir as políticas de partilha de dados relativa aos participantes no projeto SNIMar;
2. Definir os custos de manutenção após a implementação do projeto SNIMar, garantindo o seu bom funcionamento após a entrada em fase de produção;
3. Maximizar o número de instituições a participar na iniciativa SNIMar.

Resultados Esperados

- Cumprir o disposto na Diretiva EU INSPIRE e DL180/2009;
- Garantir e salvaguardar a propriedade dos dados às instituições detentoras dos mesmos;
- Grande adesão das instituições relacionadas com o ambiente marinho à iniciativa SNIMar a coberto da Política Integrada da Informação do Ambiente Marinho.

Calendarização

2014:

Esboço do PIAM com a participação aos participantes do SNIMar

2014-2015:

Acompanhamento das instituições na integração do PIAM;
Celebração de acordos entre as instituições participantes.

Custos e Fontes de Financiamento

Suportado no âmbito do projeto SNIMAR (ver ficha P2327081)

Produtos concretizados

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105

Eixo de Suporte – ES1 - Governação

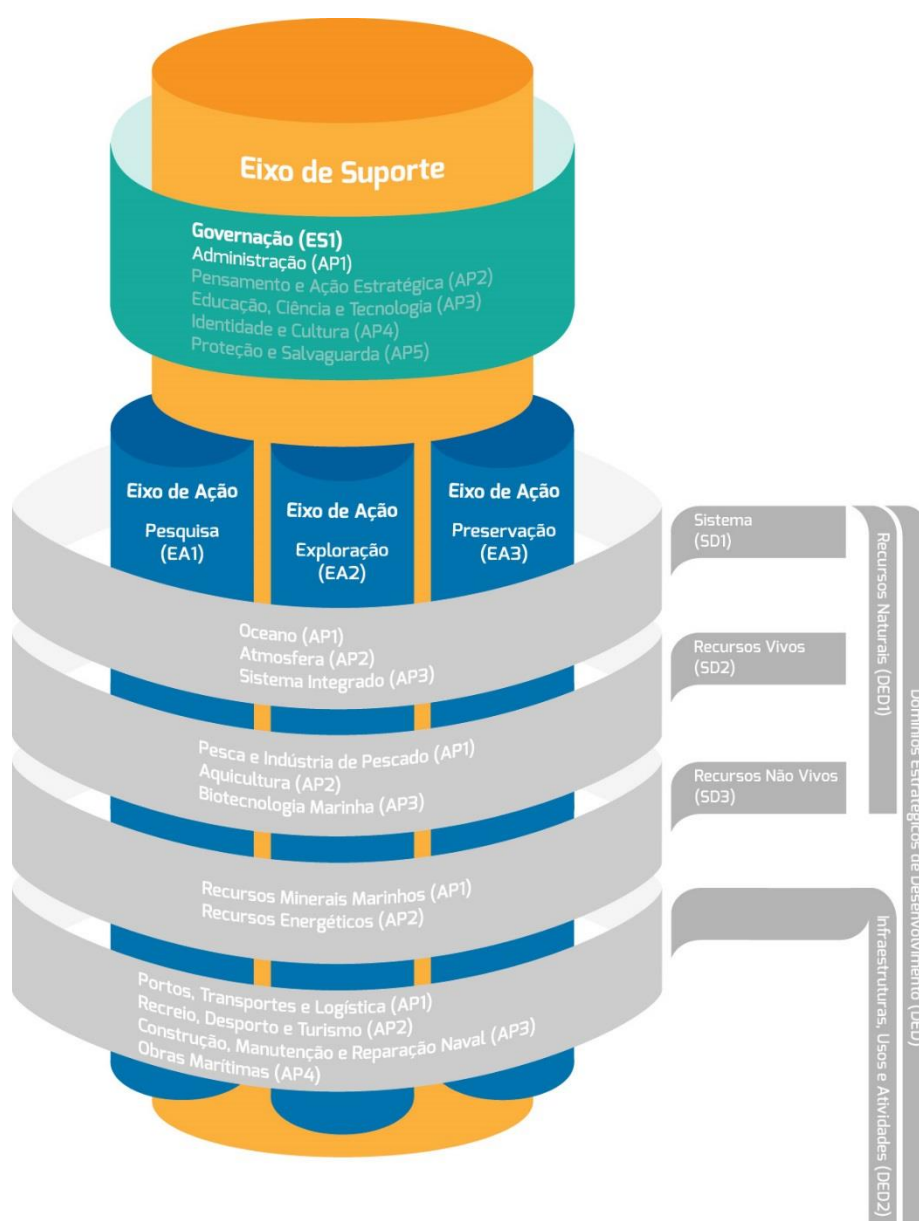
AP - Administração

Efeito(s)

#2 - Ordenamento do espaço marítimo como base para a gestão estratégica e promotora dos usos e actividades

#3 - Sistema nacional de dados do mar coerente, persistente e eficiente que integra o conjunto dos instrumentos de espacialização.

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Nacional - CONCLUÍDO
	Transfronteiriço - CONCLUÍDO
	Plataforma Eletrónica de Suporte



Programa de Ação

Ordenamento do Espaço Marítimo

P1105015 – Nacional - **CONCLUÍDO**
P1105016 – Transfronteiriço - **CONCLUÍDO**
P1105017 - Plataforma Eletrónica de Suporte

Objetivos

- Assegurar a definição e a implementação de um quadro para a política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza, (lei bases da política de ordenamento e de gestão do espaço marítimo) fundamentais para enquadrar o desenvolvimento da Economia do Mar, assegurando a sustentabilidade dos usos e a integridade dos sistemas.

Desenvolvimento: O ordenamento do espaço marítimo (OEM) constitui uma área específica de ação no âmbito da Política Marítima Integrada (PMI), sendo apontado como um instrumento que promove a clareza do regime a aplicar e a transparência do processo decisório da Administração, fundamental para dinamizar a Economia do Mar e promover o crescimento económico e a redução dos custos suportados pelos operadores e investidores nos setores marítimos. É, igualmente, fundamental para criar um quadro eficaz de arbitragem entre atividades concorrentes para um mesmo espaço, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento económico do meio marinho, permitindo a coordenação das ações das autoridades públicas e da iniciativa privada, e conduzindo à minimização dos impactos das atividades humanas no meio marinho. É ainda uma importante referência para situar, em dado momento, as potencialidades de investimento, na medida que faz a espacialização dos usos atuais e futuros para o espaço marítimo. A cooperação transfronteiriça e a complementaridade e subsidiariedade com zona costeira adjacente deverá ser equacionada numa perspetiva nacional e contribuir para o trabalho que nesse contexto tem vindo a ser desenvolvido na Comissão Europeia na sede do grupo da Política Marítima Integrada (PMI), permitindo reafirmar a posição portuguesa.

Entidade Coordenadora

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) – MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)
- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)
- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia (ME)
- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto de Investigação do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)
- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEEM)
- Oceano XXI
- Organizações Não Governamentais
- Universidade de Aveiro
- Universidade do Algarve
- Outras entidades identificadas como necessárias ao longo do projeto

Resultados Esperados

- Assegurar o aproveitamento racional e eficiente dos recursos marinhos, humanos e financeiros e informação disponíveis, relativos ao espaço marítimo;
- Optimizar a utilização do espaço marítimo para o desenvolvimento de atividades, garantindo a preservação e a recuperação dos valores naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos;
- Assegurar a participação das autoridades nacionais e dos interessados nas políticas marítimas setoriais nos procedimentos de ordenamento do espaço marítimo;
- Prevenir e minimizar os conflitos entre utilizações e atividades desenvolvidas no espaço marítimo;
- Promover a segurança jurídica e transparência nos procedimentos de concessão e de licenciamento de atividades no espaço marítimo;
- Estabelecer boas práticas para a cooperação transfronteiriça, tendo em consideração os efeitos comuns na utilização das águas marinhas de países terceiros na mesma região ou sub-regiões marinhas;
- Estabelecer mecanismos de articulação com a zona costeira.

Calendarização

2013-2020

Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE (orçamento DGPM)

Financiamento Comunitário:
DG-MARE (IMP WP-2012-2013), FEAMP

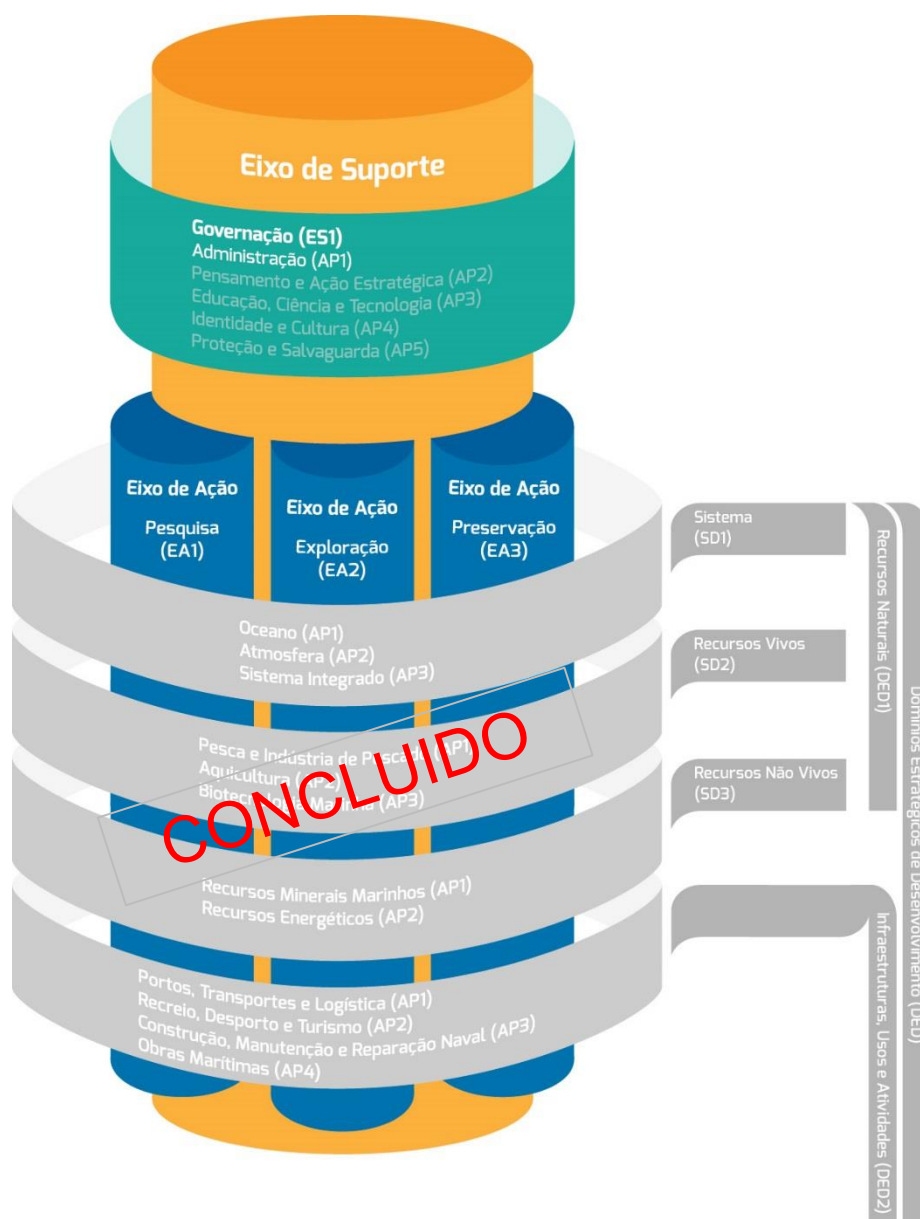
GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105-P1105015

Eixo de Suporte – ES1 - Governação
AP - Administração
Efeito(s) - #2, #3
PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Nacional - CONCLUIDO



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Nacional

Objetivos

- Estabelecer o quadro da política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza, composto por planos de situação e de afetação de áreas ou volumes do espaço marítimo.
- Criar um regime jurídico aplicável à utilização do domínio público no espaço marítimo, que regule a concessão, o licenciamento e a autorização de utilizações nas zonas marítimas sob soberania ou jurisdição nacional.

Desenvolvimento: O ordenamento do espaço marítimo promove a segurança jurídica, a previsibilidade e a transparência fundamentais para dinamizar a Economia do Mar e promover o crescimento azul. É fundamental para criar um quadro eficaz de arbitragem entre atividades concorrentes para um mesmo espaço, contribuindo para um melhor e maior aproveitamento do meio marinho, permitindo a coordenação das ações das autoridades públicas e da iniciativa privada, num contexto de um desenvolvimento sustentável. É um instrumento que permite identificar os usos atuais e potenciais e ajudar a referenciar, em dado momento, as potencialidades de investimento e reflete as especificidades inerentes à natureza tridimensional do mar e o facto de a mesma área marítima poder acolher diversos usos e atividades, desde que sejam compatíveis entre si.

Entidades Coordenadoras

Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Defesa Nacional (MDN)

- Direção-Geral da Autoridade Marítima (DGAM)

Ministério da Administração Interna (MAI)

- Guarda Nacional Republicana (GNR)

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)

- Turismo de Portugal (TP)

- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)

- Agência Portuguesa do Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação

- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)

- Instituto de Investigação do Mar e da Atmosfera (IPMA)

- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Presidência do Conselho de Ministros (PCM)

- Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Outras Entidades

- Fórum Empresarial da Economia do Mar (FEM)

- Oceano XXI

- Organizações Não Governamentais

Tarefas

1. Desenvolver o regime jurídico aplicável à elaboração, conteúdo, acompanhamento, concertação participação e vigência dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo;
2. Desenvolver o regime aplicável à alteração, revisão e suspensão dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo;
3. Desenvolver os instrumentos de acompanhamento permanente e de avaliação técnica do ordenamento do espaço marítimo;
4. Assegurar a elaboração, acompanhamento, monitorização e atualização dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo

Resultados Esperados

- Novo quadro para a política do ordenamento do espaço marítimo, bem como do sistema de ordenamento que a concretiza;
- Planos de Situação e Planos de Afetação;
- Assegurar o aproveitamento racional e eficiente dos recursos marinhos, humanos e financeiros e informação disponíveis, relativos ao espaço marítimo;
- Utilização do espaço marítimo para o desenvolvimento de atividades, garantindo a preservação e a recuperação dos valores naturais e dos ecossistemas costeiros e marinhos.

Calendarização

2014:

Aprovação da Lei de Base do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo.

Aprovação da legislação complementar (tarefas 1, 2 e 3)

2013-2020:

Elaboração, acompanhamento, monitorização e atualização dos instrumentos de ordenamento do espaço marítimo

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE - Não são identificados à data outros custos para além dos normais custos de funcionamento das Instituições

Produtos concretizados

Lei de Base do Ordenamento e Gestão do Espaço Marítimo – Lei n.º 17/2014, de 10 de abril

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105-P1105016

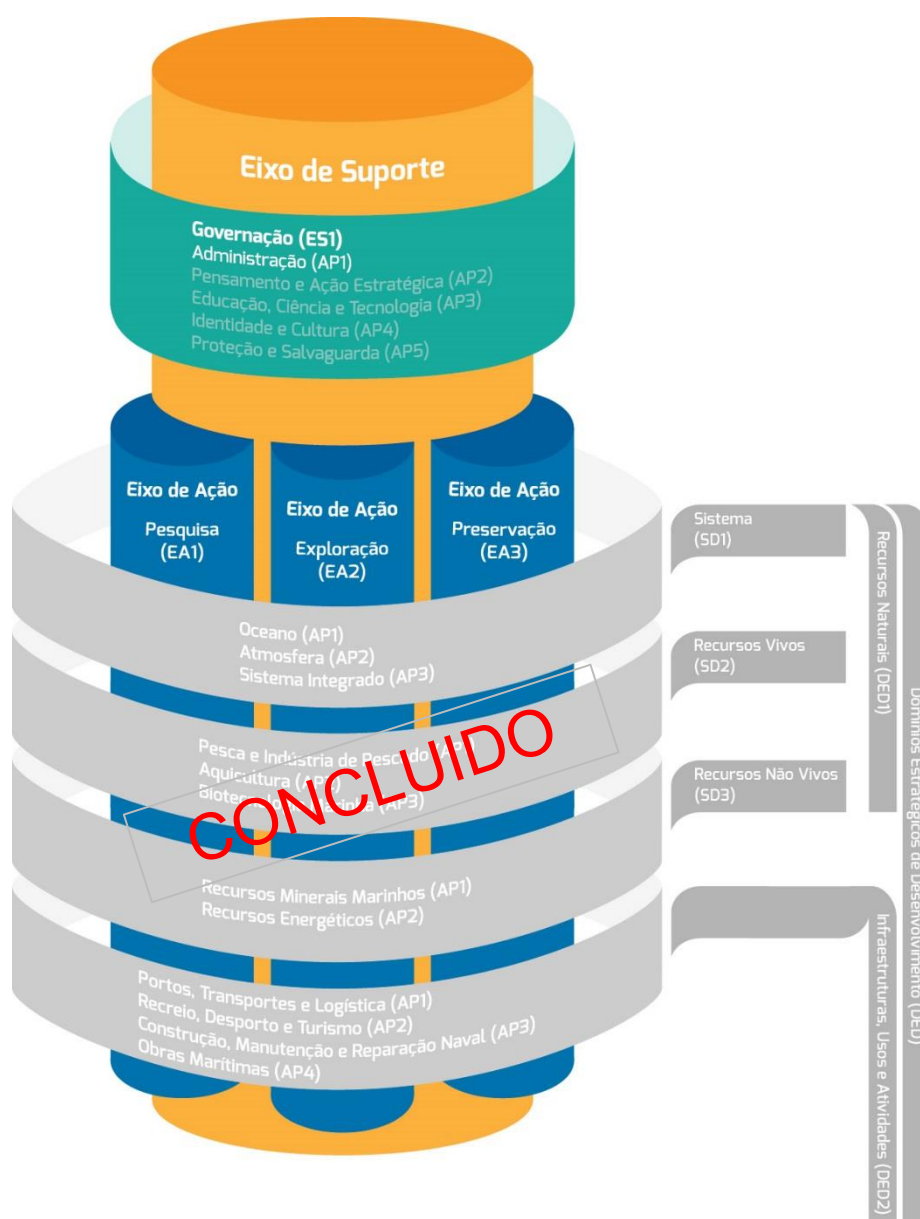
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Transfronteiriço - CONCLUIDO



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Transfronteiriço

Objetivos

- Promover a articulação eficaz nos espaços transfronteiriços no exercício de ordenamento do espaço marítimo, tendo em conta a complementaridade do espaço terrestre com o espaço marítimo e a inexistência de fronteiras físicas neste último, particularidade que aconselha a que sejam estabelecidos princípios comuns de gestão entre Estados vizinhos;
- Assegurar o desenvolvimento do projeto *Transboundary Planning in the European Atlantic*, que é a concretização de uma proposta apresentada pelos cinco Estados Membros da fachada Atlântica (Reino Unido, Irlanda, França, Espanha e Portugal) e que foi a vencedora do concurso lançado pela Comissão Europeia através da DG-MARE (Ref MARE/2012/08) para o desenvolvimento de um *Project on Maritime Spatial Planning in the Atlantic, including Celtic Sea and Bay of Biscay*.

Desenvolvimento: Neste âmbito, será desenvolvido um projeto que, tendo em consideração as componentes legais, administrativas, técnicas e sociais, permita estabelecer recomendações para o ordenamento do espaço marítimo nas áreas transfronteiriças. Pretende-se com este projeto alcançar os seguintes objetivos:

- Aplicar os princípios do *Road Map* para o Ordenamento do Espaço Marítimo ao ordenamento das áreas transfronteiriças;
- Desenvolver um exercício que permita estabelecer bases para a promoção da atividade económica;
- Promover o envolvimento dos diferentes níveis da Administração e dos *stakeholders*;
- Responder às diferentes necessidades dos Estados Membros e promover o seu envolvimento para a abordagem das questões transfronteiriças no espaço marítimo;
- Elaborar recomendações e retirar conclusões para futuros desenvolvimentos a nível da Comissão Europeia no que respeita ao ordenamento do espaço marítimo em áreas transfronteiriças e à articulação com a gestão integrada da zona costeira e a sua possível integração e complementaridade.

Entidades Coordenadoras

Portugal - Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - MAM
Reino Unido – Universidade de Liverpool
Espanha – Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA)
Irlanda – University College Cork, (UCC)

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)
- Direção-Geral de Política do Mar (DGPM) - Coordenação
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)

Outras Entidades

- University of Liverpool (UL)
- Department of the Environment Northern Ireland (DOE)
- Universidade de Aveiro (UAVR)
- Universidade do Algarve (UAlg)
- Ministerio de Agricultura, Alimentación y Medio Ambiente (MAGRAMA)
- Instituto Español de Oceanografía (IEO)
- Centro de Estudios y Experimentación de Obras Publicas (CEDEX)
- Universidad de Sevilla (US)
- University College Cork, National University of Ireland, CORK (UCC)

Tarefas

1. Estabelecer uma metodologia de referência para o exercício de ordenamento do espaço marítimo nas áreas transfronteiriças (no domínio jurídico, no domínio espacial, no âmbito do sistema de referência geográfica e *stakeholders*);
2. Avaliação do exercício;
3. Produção de Relatórios (intermédios e final);
4. Comunicação e divulgação do Projeto.

Resultados Esperados

- Relatórios com os resultados de cada fase do projeto;
- Envolvimento dos *stakeholders* no processo;
- Apresentação do projeto e das conclusões e recomendações em conferências e *fora* internacionais que evidenciem as questões transfronteiriças no âmbito do OEM e a necessidade de partilha de informação entre Estados vizinhos;
- Produção de artigos.

Calendarização

2013:

Reunião de arranque do projeto

2013-2014:

Gestão do projecto

março e junho de 2013 e março de 2014:

Reuniões do *Steering Group*

fevereiro, março, maio e novembro de 2013:

Relatórios intermédios

janeiro e junho de 2013 e janeiro de 2014:

Workshop envolvendo a participação dos *stakeholders*

maio de 2014:

Conferência final e Relatório Final

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:

OE – 26.591,00€ (PIDDAC – DGPM)

Financiamento Comunitário:

DG-MARE (IMP 2012-2013) – 1.000.000,00€ (distribuído proporcionalmente pelo esforço dos parceiros)

Nota: O orçamento da DG-MARE para o financiamento do projeto é de 1.000,000,00€ sendo da responsabilidade de cada parte envolvida a participação em 20% do valor global.

Da parte da DGPM o orçamento global é de 132.953€, dos quais 26.591€ são provenientes do Orçamento do Estado e o restante resultado do empenhamento de recursos humanos.

Produtos concretizados

Relatório do Projeto TPEA

Guia de Boas Práticas (*Lessons for Cross-border MSP from transboundary planning in the European Atlantic*);

Aperfeiçoamento da informação disponível na área marítima do Algarve.

GOVERNAÇÃO (ADMINISTRAÇÃO)

Enquadramento na Estratégia Nacional para o Mar

ES1-PA1105-P1105017

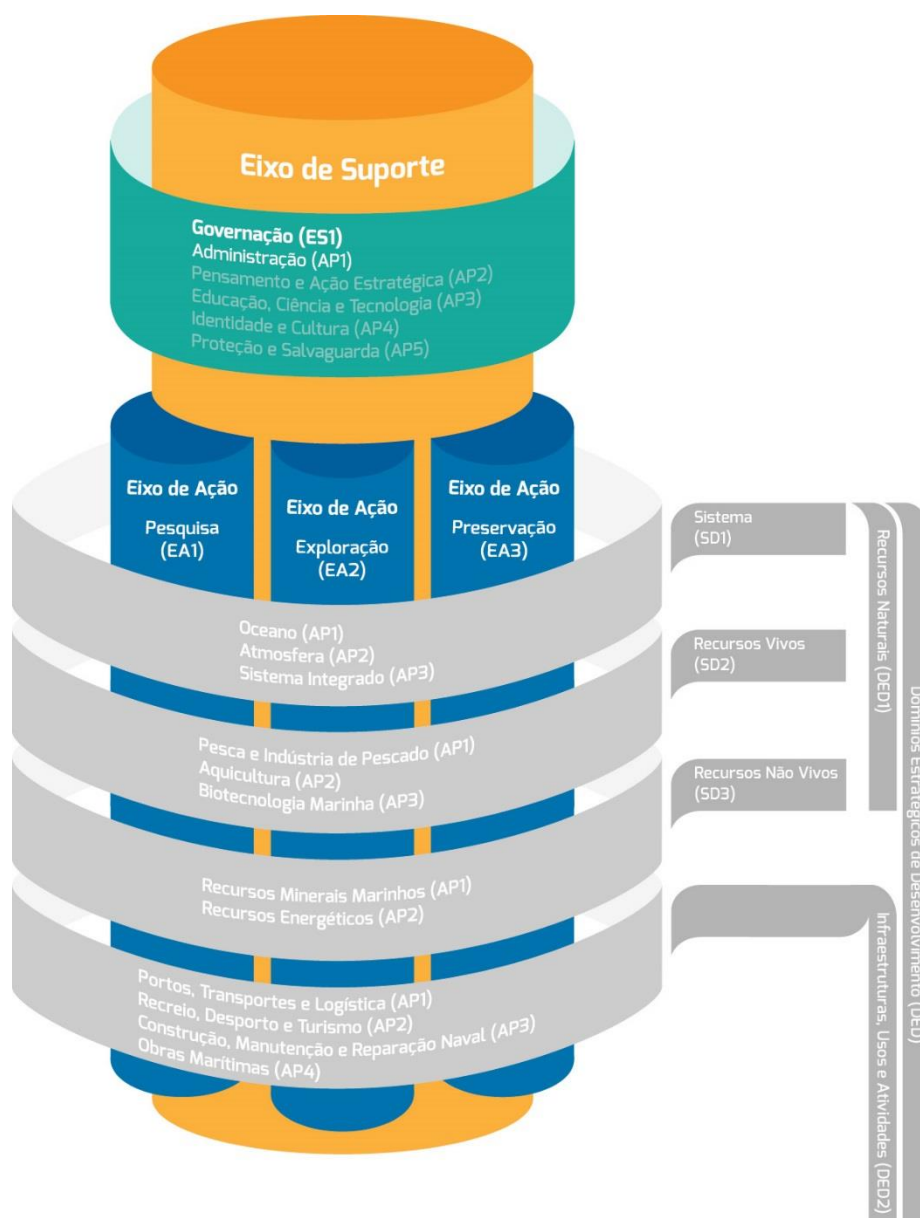
Eixo de Suporte – ES1 - Governação

AP - Administração

Efeito(s) - #2, #3

PA – Ordenamento do Espaço Marítimo

ES1	GOVERNAÇÃO
	ADMINISTRAÇÃO
	Ordenamento do Espaço Marítimo
	Plataforma Eletrónica de Suporte



Previsto	Planeamento	Aguarda Execução	Execução
----------	-------------	------------------	----------

Projeto

Plataforma Eletrónica de Suporte (às atividades económicas marítimas)

Objetivos

- Desenvolver uma plataforma *online* que permita agilizar o processo de interface entre a entidade gestora no espaço marítimo e os potenciais investidores. A plataforma deverá ser desenvolvida dentro da filosofia do Balcão Único do Mar permitindo que os investidores interajam num único portal cujo formato de interatividade seja transversalmente comum.

Desenvolvimento: Neste âmbito, será desenvolvido um projeto que, tendo em consideração as componentes administrativas e legais, permita estabelecer um ponto de contato inicial entre os investidores para a atividade económica no mar e a administração do uso do espaço marítimo. Pretende-se com este projeto alcançar os seguintes objetivos:

- Agilizar a relação entre os potenciais investidores e a administração central;
- Identificar e divulgar as áreas de potencial económico no mar;
- Divulgar as atividades marítimas que se desenvolvem ou se venha a desenvolver no espaço marítimo para pré-avaliação do potencial económico;
- Avaliação por parte dos investidores do nível de pré-concessão das áreas a licitar;
- Identificar os potenciais interessados/investidores que interajam com a plataforma.

Entidades Coordenadoras

Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM) - MAM

Entidades Participantes- Equipa Técnica Especializada

Ministério da Economia (ME)

- Direção-Geral das Atividades Económicas (DGAE)
- Turismo de Portugal (TP)
- Instituto da Mobilidade e Transportes (IMT)

Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (MAOTE)

- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG)
- Agência Portuguesa de Ambiente (APA)

Ministério da Agricultura e do Mar (MAM)

- Direção-Geral de política do Mar (DGPM)
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC)
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA)
- Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF)

Governo Regional dos Açores (GRA)

Governo Regional da Madeira (GRM)

Tarefas

1. Desenvolver uma Infraestrutura de Dados Espaciais dedicada que contemple o produto espacial do Ordenamento de Espaço Marítimo;
2. Desenvolver as ferramentas necessárias para proceder, de forma automática, à resposta dos potenciais investidores;
3. Avaliar as condições dos investidores e ordenar segundo os critérios de licitação previamente estabelecidos.
4. Desenvolver mecanismo de divulgação do resultado, semelhante à “abertura de carta” em concurso.

Resultados Esperados

- Maior interação entre os investidores e a administração central;
- Maior facilidade de acesso, quer a nível nacional quer internacional, ao processo de licitação de áreas a consignar;
- Maior celeridade no desfecho do processo;
- Maior transparência do processo.

Calendarização

2015 - 2016

Custos e Fontes de Financiamento

Financiamento Nacional:
OE

Produtos concretizados